



RELATO INTEGRADO 2019





RELATO INTEGRADO 2019



Conselho Federal de Contabilidade

Relato integrado 2019 / Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: CFC, 2020.

48 p.

Publicação online.

1. Governança Corporativa – Conselho Federal de Contabilidade. 2. Planejamento Estratégico. 3. Gestão de Riscos. 4. Gestão Orçamentária e Financeira. 5. Relato Integrado. I. Título.

CDU 658.15(047)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lúcia Helena Alves de Figueiredo CRB 1/1401

Sobre este Relato

O ano de 2019 foi um momento muito importante para os avanços nas práticas de governança para o Sistema CFC/CRCs.

Com a missão de "innovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público", apresentamos o nosso primeiro Plano de Integridade, com período de 2019 a 2021.

Seguindo os normativos vigentes, com vistas a primar pelo aperfeiçoamento administrativo, buscamos fomentar ações que aprimorem a estrutura da entidade com setores mais comprometidos e capacitados.

Sendo assim, o objetivo deste Relato Integrado é apresentar um resumo das nossas principais práticas, inovações e investimentos que são realizadas visando o desenvolvimento sustentável da classe contábil e o pleno funcionamento do Sistema CFC/CRCs.

Além disso, o Relato Integrado também se tornou uma nova plataforma de comunicação utilizada para que possamos apresentar, a todos os públicos, as atividades, os resultados e as novas metas do Conselho Federal de Contabilidade, em um compilado anual, para acompanhamento e mensuração das informações, que, nesta edição, abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

É importante destacar que todo esse trabalho contou com a participação dos nossos colaboradores e parceiros, aos quais agradecemos imensamente a dedicação e presteza.

Desejo uma boa leitura!

Brasília, 31 de dezembro de 2019.

Contadora Elys Tevania Alves de Souza Carvalho
Diretora Executiva

Sumário



Mensagem do Presidente.....

4

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....

7

- O CFC
- Ambiente Externo
- Principais canais de comunicação com a sociedade
- Cadeia de Valor

Governança, Estratégia e Alocação de Recursos.....

13

- Estrutura e Práticas de Governança
- Estratégia
- Alocação de recursos

Riscos, Oportunidades e Perspectivas.....

19

- Modelo de Gestão de Riscos e Controle
- Principais Riscos e Respostas
- Oportunidades e ações de fomento

Resultados e Desempenho da Gestão.....

23

- Resultados das áreas fim
- Gestão Orçamentária e Financeira
- Gestão de Pessoas
- Gestão de Licitações e Contratos
- Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- Gestão de Custos

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis.....

35

- Declaração do Contador
- Balanço Patrimonial
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Restos a Pagar Processados
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas

#somoscontabeis

Mensagem do Presidente

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão máximo da profissão contábil e representante dos mais de 518 mil profissionais do país, foi criado em 1946, pelo Decreto-Lei n.º

9.295, com o objetivo principal de fiscalizar o exercício da profissão contábil em todo o território nacional. Assim, a atuação do Sistema CFC/CRCs tem sido conduzida de forma integrada com os 27 Conselhos Regionais, instalados nas capitais dos estados e no Distrito Federal.

Tendo como norte a missão de “inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público”, nossa visão é que o CFC seja reconhecido como uma entidade profissional partícipe do desenvolvimento sustentável do país, contribuindo para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público. Desse modo, valores como a ética, a excelência, a confiabilidade e a transparência continuarão sendo primordiais na condução de nossas atividades.

O planejamento estratégico do Sistema, redefinido em 2018, contribui decisivamente para o alcance da missão e da visão. Os objetivos foram construídos de forma concisa e pragmática e trazem os mecanismos necessários para a conquista de uma boa gestão nas cinco perspectivas definidas – Resultado Institucional, Público e Sociedade, Resultado Econômico, Tecnologia e Processos e Pessoas e Organização.

De fato, a meta maior se resume em buscar o fortalecimento da profissão contábil, trabalhando para que o profissional da contabilidade se consolide como o tradutor oficial da linguagem

universal dos negócios, firmando-se como um fator de proteção da sociedade. Ademais, seguimos atentos às transformações que possam atingir a profissão, sejam de natureza tecnológica, regulatória, mercadológica ou humanística.

Ao olharmos para o ano que passou na tarefa de redigir este relatório, é com imenso contentamento que constatamos tantos avanços, aprendizados e aperfeiçoamentos em nossa trajetória. A criação do Comitê e do Plano de Integridade, a instituição do Plano de Logística Sustentável, o fortalecimento da nossa governança, a participação no Exame de Suficiência e no Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), a evolução do processo de convergência das normas contábeis e todo o trabalho da fiscalização foram alguns dos marcos desse ano de gestão. Realizações que nos inspiram e nos movem a trabalhar cada dia melhor, tendo sempre em mente nossa função principal de zelar pelo interesse público.

Buscando traçar um panorama, trazendo os principais resultados do ano de 2019, citamos os dados do Exame de Suficiência, que possui o papel fundamental de oferecer à sociedade profissionais gabaritados. Foram duas edições que contaram com 78.925 mil inscritos e uma média de aprovação de 34,28%. Contudo, o número de registros profissionais segue em queda (1,4% em 2017, 0,9% em 2018, e 1,0% em 2019), situação que pode ser atribuída ao quadro recessivo da economia brasileira.

Em relação ao PEPC, que visa atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais com o intuito de prestar o melhor serviço à sociedade, o Sistema CFC/CRCs credenciou e/ou revalidou 4.449 cursos/eventos/atividades. Cerca de 50 mil profissio-



Contador Zulmir Ivânio Breda, presidente do CFC

nais prestaram contas ao Programa em 2019. Em 31/12/2019, o Programa fechou com um total de 8.061 cursos ativos e 967 capacitadoras, distribuídos em todo país.

Tendo por base a ética profissional e as Normas Brasileiras de Contabilidade, as atividades de fiscalização incluíram 1.461 processos julgados em grau de recurso, sendo 1.237 processos éticos disciplinares e 224 processos de fiscalização. Em um quadro comparativo, o estoque de processos a serem julgados em 31 de dezembro de 2018 era de 493, já em 31 de dezembro de 2019 era de 398 processos, resultados que evidenciam o aumento da celeridade e eficiência.

Em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade, dando continuidade ao processo de convergência às normas internacionais do Setor Público, em 2019, foram editadas as NBC TSP 22 a 26; para o setor privado foi revisada a NBC TG Estrutura Conceitual, editada a OTG 2003 e alteradas diversas normas pela Revisão NBC 04; quanto às normas profissionais e de ética foram revisadas: NBC PG 01, NBC PG 100 (R1), 200 (R1) e 300 (R1); NBC PA 400 e NBC PO 900;

quanto às normas de auditoria foram revisadas as NBCs TA 250 e 540, editados/revisados os Comunicados CTA 16, 18 (R1), 25 (R1), 27 e 28, CTR 01 (R1) e 04 e alteradas diversas normas pela Revisão NBC 03 e 05. Além de buscar a harmonização com o contexto internacional, esses normativos buscam o aperfeiçoamento da legislação brasileira.

Buscando assegurar o reconhecimento do Conselho como entidade partícipe do desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil, novas parcerias e convênios foram firmados e outros foram renovados neste exercício. As novas entidades parceiras foram: Instituto Rui Barbosa (IRB), União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (UCALP) e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Continuamos a evoluir em nossas práticas de governança e, em 2019, demos um importante passo ao constituir a Comissão de Integridade, Gestão da Governança e *Compliance* do CFC e aprovar o Plano de Integridade do CFC, ações que visam sistematizar as políticas, instrumentos e áreas responsáveis pela integridade, demonstrando os passos que o CFC segue em direção à conquista de um ambiente íntegro em todas as suas esferas de atividades. Além dessas ações, corroboram o avanço da governança, a aprovação do Plano de Logística Sustentável e o Plano de Desenvolvimento de Líderes.

Com o intuito de avaliar o grau de contentamento dos funcionários, dos profissionais, da sociedade e dos CRCs, a pesquisa de satisfação do CFC obteve os seguintes resultados, considerando a meta de 70%: em relação aos funcionários 74%; aos profissionais 65%; à sociedade 60%; e aos CRCs 78%. Esses resultados permitem ao Conselho aprimorar suas atividades, tendo claro o objetivo de servir com excelência.

Lançando um olhar para o futuro, permaneceremos com nossos propósitos firmes em 2020, trabalhando em prol de cada objetivo a ser alcançado. Em tempo, reafirmamos o nosso compromisso em defesa das prerrogativas da nossa profissão, buscando enfrentar os desafios e criar novas oportunidades para os profissionais da Contabilidade. Nossa profissão já vivencia a era da inteligência artificial e temos a convicção de que, vencidas as barreiras ao novo, muitos benefícios estão por vir. Sem dúvida, seguiremos prestando sempre o melhor serviço à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Por fim, é importante destacar que o objetivo do Relatório Integrado de 2019 é compartilhar com a sociedade e, especialmente, com a classe contábil, o desenvolvimento de nossas ações visando prestar contas das ações realizadas e dar transparência à nossa gestão. Este não é um relato consolidado com os dados dos Conselhos Regionais de Contabilidade, no entanto, há um acompanhamento, por parte do CFC, de determinados resultados, a exemplo da Fiscalização. As páginas seguintes trazem detalhes sobre a Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo, a Governança, Estratégia e Alocação de Recursos, os Riscos, Oportunidades e Perspectivas, os Resultados e Desempenho da Gestão, as Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis e outras informações relevantes

Boa leitura!



Contador Zulmir Ivânio Breda
Presidente

Quem somos

Números do Sistema CFC/CRCs

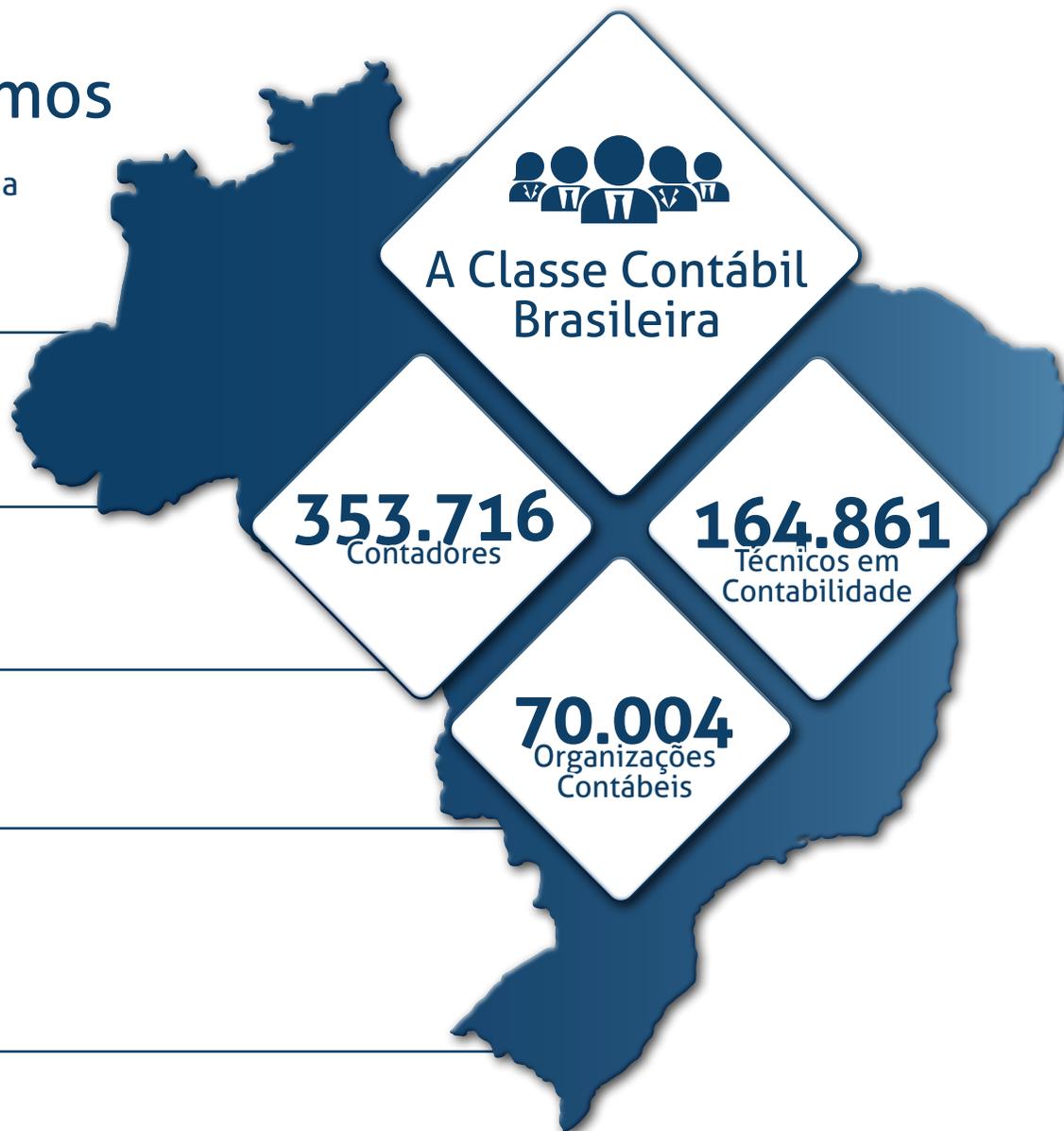
27
Conselhos Regionais

710
Delegacias

197
Fiscais

963
Conselheiros Efetivos e Suplentes

1209
Funcionários





Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo



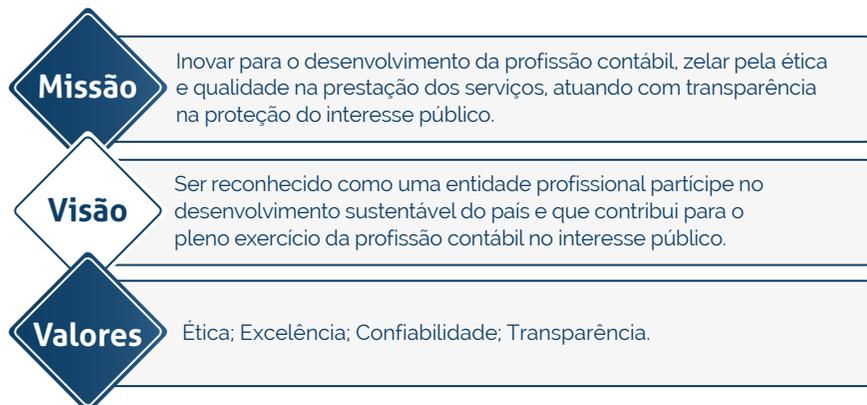
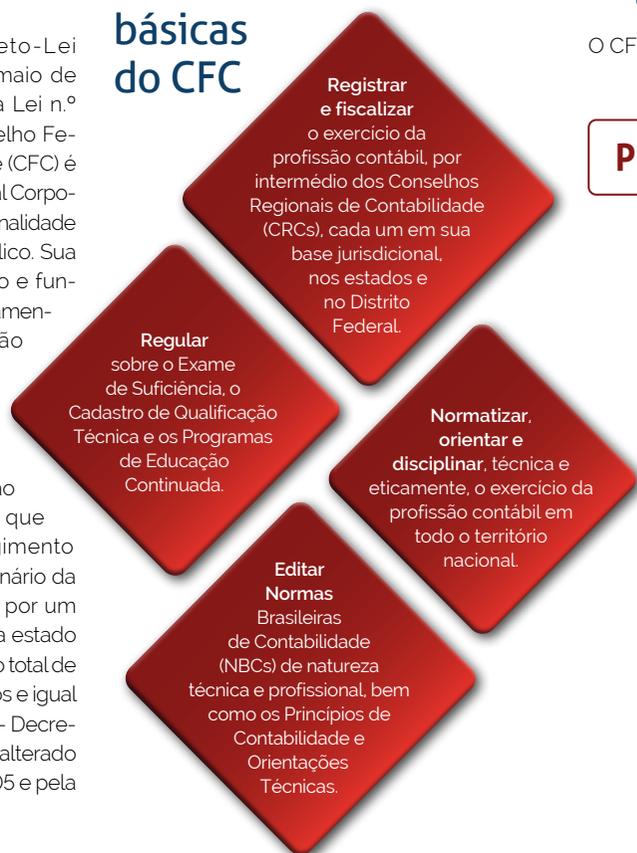
Clique para voltar ao Sumário



O CFC

Criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, e alterado pela Lei n.º 12.249/2010, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma Autarquia Especial Corporativa, dotada de personalidade jurídica de direito público. Sua estrutura, organização e funcionamento são regulamentados pela Resolução CFC n.º 1.370/2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, e a Resolução CFC n.º 1.458/2013, que dispõe sobre o Regimento Interno do CFC. O Plenário da entidade é integrado por um representante de cada estado e do Distrito Federal, no total de 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes – Decreto-Lei n.º 1.040/1969, alterado pela Lei n.º 11.160/2005 e pela Lei n.º 12.932/2013.

Premissas básicas do CFC



Organograma

O CFC apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Órgão Deliberativo Superior

- Plenário

Órgãos Deliberativos Específicos

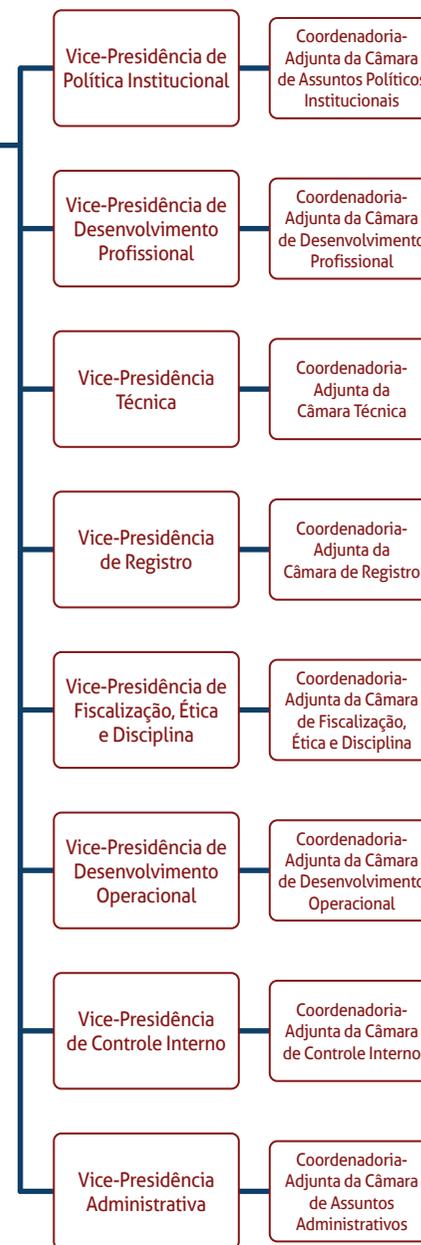
- Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Câmara de Registro
- Câmara de Controle Interno
- Câmara de Desenvolvimento Profissional
- Câmara de Assuntos Administrativos
- Câmara de Desenvolvimento Operacional
- Câmara Técnica
- Câmara de Assuntos Políticos Institucionais

Órgãos Consultivos

- Conselho Diretor
- Conselho Consultivo
- Comissões Específicas
- Grupos de Trabalho
- Assessorias Especiais

Órgãos Executivos

- **Presidência**
Contador ZULMIR IVÂNIO BREDA
- **Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina**
Contadora SANDRA MARIA DE CARVALHO CAMPOS
- **Vice-Presidência de Registro**
Contadora LUCÉLIA LECHETA
- **Vice-Presidência de Controle Interno**
Contadora VITÓRIA MARIA DA SILVA
- **Vice-Presidência Administrativa**
Contador SÉRGIO FARACO
- **Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional**
Contador AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
- **Vice-Presidência de Desenvolvimento Operacional**
Contador JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
- **Vice-Presidência Técnica**
Contador IDÉSIO DA SILVA COELHO JÚNIOR
- **Vice-Presidência de Política Institucional**
Contador JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO



Ambiente Externo

O mundo está cada vez mais conectado. Os avanços tecnológicos evoluem em ritmo acelerado, transformando cenários, mercados, empresas, profissões e países. De fato, passamos por uma onda disruptiva sem precedente e o ano de 2019 foi marcado e reconhecido, no âmbito contábil, como a nova era digital.

De acordo com o Guia Salarial 2019, da empresa de recrutamento Robert Half, a contabilidade continua entre as carreiras mais promissoras junto com áreas como engenharia, jurídica, financeira e recursos humanos. No entanto, a pesquisa mostra que o perfil do profissional mudou. Se antes o olhar era apenas técnico, o momento é de ofertas para perfis que possuam, além da formação qualificada, visão de negócios, dinamismo, boa comunicação e postura estratégica.

Todas as ameaças apresentadas em 2018, com notícias que evidenciavam a "extinção" da profissão contábil foram absorvidas e trabalhadas pelo Sistema CFC/CRCs sendo convergidas em processos de transformação e novas oportunidades, ratificando, assim, o papel imprescindível da classe contábil no desenvolvimento sustentável dos países.

O Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais têm trabalhado o tema em diversos eventos de capacitação da classe. Convenções estaduais, fóruns, seminários e encontros trazem para o debate os impactos da Revolução 4.0 e a chegada da Sociedade 5.0.

Nesse panorama, o Conselho Federal de Contabilidade intensificou as ações do Programa de Educação Profissional Continuada credenciando e/ou revalidando 4.449 cursos/eventos/atividades. Cerca de 241.282 mil pro-

fissionais participaram das ações e, em 31 de dezembro, o PEPC fechou com um total de 8.061 cursos ativos e 967 capacitadoras, distribuídos em todo país.

Grandes eventos foram promovidos com o objetivo de atualizar e expandir conhecimentos e competências técnicas, preparando, assim, os profissionais da contabilidade para os novos desafios. Entre os principais, destacamos a 12ª edição do Encontro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC) que teve como lema "Empreendedorismo, Inovação e Sensibilidade: conduzindo revoluções".

Realizado entre os dias 11 e 13 de setembro de 2019, em Porto de Galinhas, o evento abordou temas como *Compliance* e Governança, Cultura Inclusiva e os desafios da Ciência Contábil frente à inovação tecnológica. Também tivemos o VI Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público (SBCASP) que, em conjunto com o Tesouro Nacional, trouxeram um debate importante sobre a inserção do Brasil aos padrões internacionais de contabilidade.

No entanto, quando realizamos um panorama sobre o número de registros profissionais no país, seguimos em queda: 1,4% em 2017, 0,9% em 2018, e 1,0% em 2019. A situação pode ser atribuída ao quadro recessivo da economia brasileira que, mesmo em recuperação, ainda apresenta passos lentos.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil terminou 2019 com 11,6 milhões de pessoas sem trabalho, a menor taxa média de desemprego em três anos, porém com um mercado de trabalho marcado pelo recorde de

informalidade. O contingente informal atingiu 41,1% da força de trabalho, o equivalente a 38,4 milhões de pessoas, o maior contingente desde 2016.

No âmbito internacional, o Brasil ocupou a presidência da Associação Interamericana de Contabilidade. A contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim assumiu o cargo sendo a primeira mulher a liderar a instituição. A ação pode ser considerada resultado do crescimento da atuação das mulheres na profissão e do caminho que elas estão trilhando em busca da equidade de gênero. De acordo com dados do CFC, em cinco anos, o quadro de profissionais estará dividido em 50% de homens e 50% de mulheres. Atualmente, elas apresentam 42,7% da classe no país.

Nesse movimento de transformações e acessibilidade, entendemos que a profissão contábil mudou e devemos continuar com o nosso compromisso de ajudar na construção da ponte necessária para transpor os desafios da realidade atual e conduzir a classe a um futuro promissor.



Principais canais de comunicação com a sociedade

Ouvidoria

Canal de comunicação entre o cidadão e o CFC para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações, denúncias e sugestões de simplificação (Simplifique!) referentes aos diversos serviços prestados pelo Sistema CFC/CRCs.

A partir de julho de 2019, o CFC modificou o Sistema de Ouvidoria e passou a integrar os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). A medida atende às exigências da Lei n.º 13.460/2017 e da Resolução CFC n.º 1.544/2018 e teve como objetivo proporcionar aos CRCs o atendimento ao cidadão de maneira rápida e segura.



Estados com maior registro de manifestações



Áreas com maior demanda



Tema mais frequente



- ◆ Solicitação
- ◆ Reclamação
- ◆ Informação
- ◆ Denúncia
- ◆ Sugestão
- ◆ Elogio

*Não houve manifestações no Simplifique! em 2019

Portal da Transparência e e-SIC

Em cumprimento à Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e com intuito de dar mais transparência às ações e atividades que desenvolve, o CFC mantém disponíveis o **Portal da Transparência e Acesso à Informação** e o **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)**.

Portal da Transparência e Acesso à Informação

Canal de comunicação com o cidadão cujo objetivo é fornecer informações sobre os atos de gestão praticados pelo Sistema CFC/CRCs para a classe contábil e a sociedade brasileira.



e-SIC

Canal de comunicação entre o cidadão e o CFC que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação.



Comunicação Institucional

Acessos ao portal do CFC



Leitores do Jornal do CFC



Leitores do CFC Informa (boletim eletrônico)



Facebook



LinkedIn



Twitter



Instagram



Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do Sistema CFC/CRCs representa os quatro pilares da Lei de Regência, que viabiliza registrar, orientar e normatizar, fiscalizar o exercício da profissão contábil e promover a Educação Continuada dos profissionais da Contabilidade.





Governança, Estratégia e Alocação de Recursos



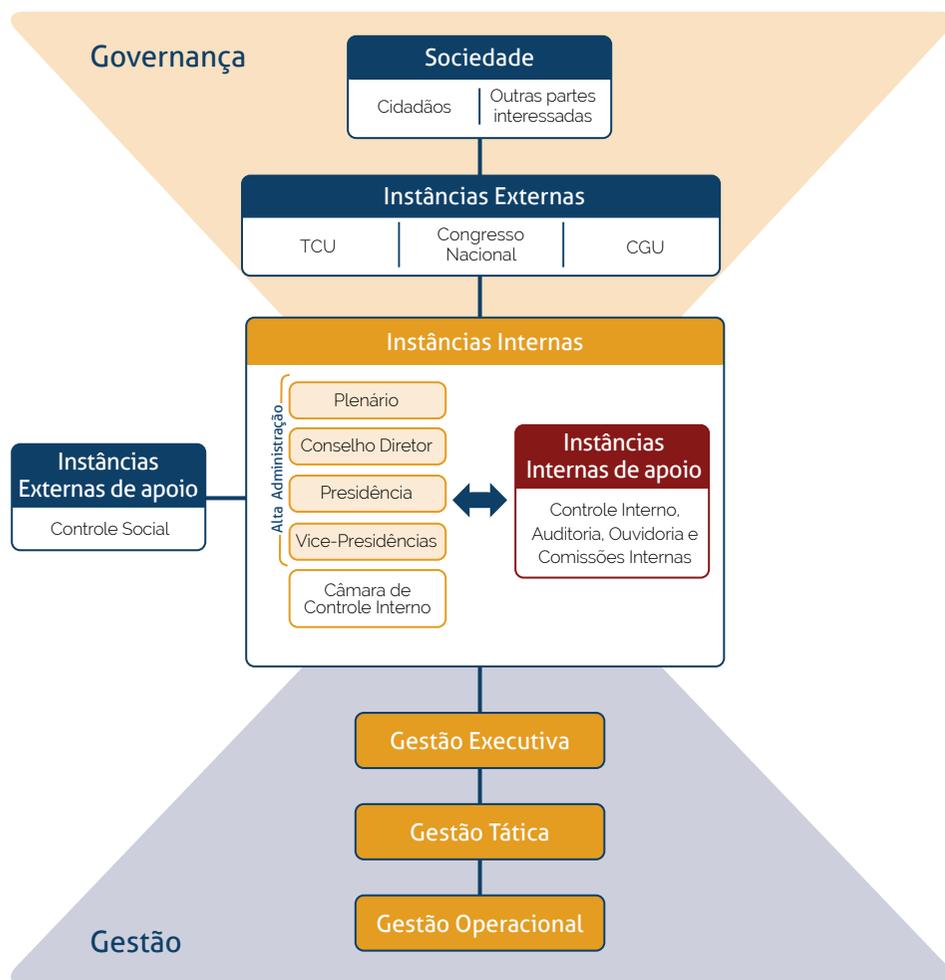
Clique
para voltar ao
Sumário



Estrutura e Práticas de Governança

A Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs foi instituída pela Resolução CFC n.º 1.549/2018, com o propósito de melhorar o desempenho organizacional, contribuir para a redução dos riscos, alinhar as ações à estratégia do Sistema CFC/CRCs e prestar contas das atividades desenvolvidas para a sociedade, baseado nos princípios da transparência, ética, eficiência, integridade, equidade e *accountability*.

No CFC, a Governança compreende a seguinte estrutura:



A partir do Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública (RBG), publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Comissão de Integridade, Gestão da Governança e *Compliance* do CFC promoveu o levantamento das práticas de governança no âmbito do CFC, considerando os mecanismos de governança estabelecidos pelo RBG – liderança, estratégia e controle – e os componentes imprescindíveis para que as funções de avaliar, direcionar e monitorar fossem executadas de forma satisfatória.



Fonte: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública

Assim, foram identificadas as ações promovidas pelo CFC associadas a cada um dos componentes dos mecanismos de governança, conforme relação seguinte dos normativos que demonstram o atendimento às práticas de Governança.

Os conceitos relacionados às práticas de governança listadas abaixo estão disponíveis no *link* ao lado. Acesse e confira.



Mecanismo Liderança	Pessoas e Competências	Princípios e Comportamentos	Liderança Organizacional	Sistema de Governança
	L1.1 - Eleição dos membros do Plenário do CFC; Plano de Cargos e Salários do CFC.	L2.1 - Código de Conduta para conselheiros, colaboradores e funcionários do Sistema CFC/CRCs.	L3.1 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual da Qualidade do CFC; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores; Resolução que aprova a proposta orçamentária e Plano de Trabalho para o exercício.	L4.1 - Regimento Interno do CFC; Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Organograma do CFC.
	L1.2 - Plano de Desenvolvimento de Líderes do CFC.	L2.2 - Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CFC.	L3.2 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027.	L4.2 - Regimento Interno do CFC; Limites e instâncias de governança para a contratação e o pagamento de bens e serviços e de gastos com diárias e passagens no âmbito do CFC.
	L1.3 - Comissão de Avaliação de Desempenho do CFC.	L2.3 - Comissão de Gestão da Governança Organizacional do CFC; Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CFC.	L3.3 - Decreto-Lei n.º 1040/69 - Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências; Portaria que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação e o pagamento de bens e serviços e de gastos com diárias e passagens no âmbito do CFC.	L4.3 - Regimento Interno do CFC; Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Organograma do CFC.
	L1.4 - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade; Plano de Cargos e Salários do CFC.		L3.4 - Política de Gestão de Riscos do CFC e Plano de Gestão de Riscos do CFC; Comitê de Gestão de Riscos do CFC. L3.5 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.	

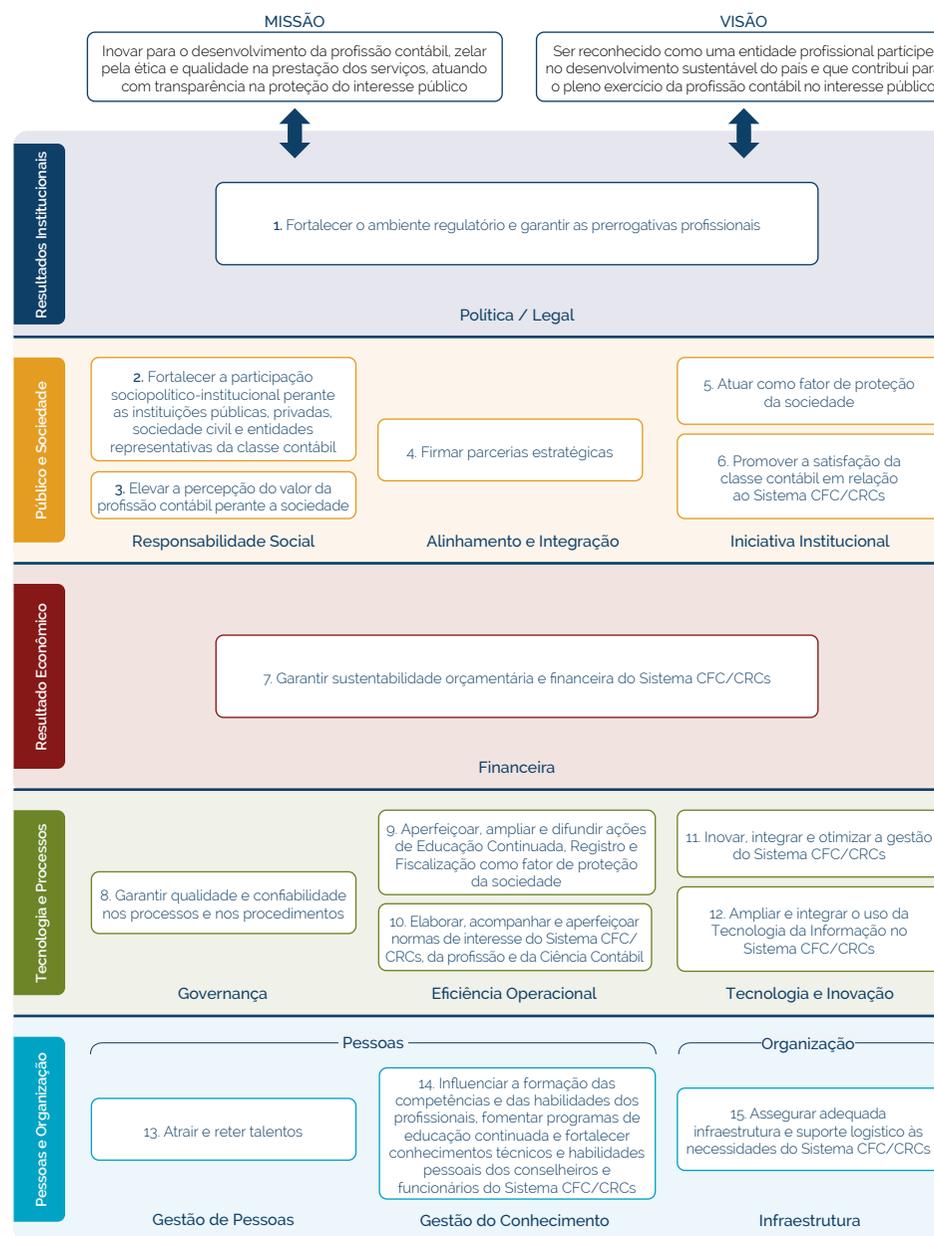
Mecanismo Estratégia	Relacionamento com Partes Interessadas	Estratégia Organizacional	Alinhamento Transorganizacional
	E1.1 - Resolução CFC n.º 1439/13 - Regula o acesso à informações previsto na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Carta de Serviços ao Usuário do CFC; Resolução CFC n.º 1544/18 - Regula a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, previstas na Lei n.º 13.460/17, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.	E2.1 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual da Qualidade do CFC.	E3.1 - Política de Governança do Sistema CFC/CRCs; Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.
	E1.2 - Art. 5º e Anexo Único da Resolução CFC n.º 1439/13 - Regula o acesso a informações previsto na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.	E2.2 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs; Manual da Qualidade do CFC.	
	E1.3 - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade; Indicadores 2, 3, 4, 5 e 6 do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	E2.3 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs; Manual da Qualidade do CFC.	
	E1.4 - Manual da Qualidade; Plano de Trabalho do CFC; Relatório de Gestão.		

Mecanismo Controle	Gestão de Riscos e Controle Interno	Auditoria Interna	Accountability e Transparência
	C1.1 - Regimento Interno do CFC; Sistema de Gestão da Qualidade; Política de Gestão de Riscos do CFC; Plano de Gestão de Riscos do CFC.	C2.1 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Regimento Interno do CFC.	C3.1 - Resolução CFC n.º 1439/13 - Regula o acesso a informações, previsto na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Carta de Serviços ao Usuário do CFC.
	C1.2 - Política de Gestão de Riscos do CFC; Plano de Gestão de Riscos do CFC; Comitê de Gestão de Riscos do CFC.	C2.2 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Eleição dos membros do Plenário do CFC; Plano de Cargos e Salários do CFC.	C3.2 - Resolução CFC n.º 1439/13 - Regula o acesso a informações, previsto na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.
		C2.3 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Política de Governança do Sistema CFC/CRCs; Indicadores da Qualidade.	C3.3 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.
			C3.4 - Processo Administrativo Disciplinar do CFC; Código de Conduta para conselheiros, colaboradores e funcionários do Sistema CFC/CRCs; Comissões de Acompanhamento e avaliação de conduta do CFC.

Estratégia

Somam-se às práticas de governança implementadas no âmbito do CFC a padronização de procedimentos e a fixação de limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e a realização de despesas com diárias e passagens, sempre com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos do Sistema CFC/CRCs, conforme Mapa Estratégico 2018/2027, cujas metas são reavaliadas a cada biênio pelas instâncias internas de governança dos Conselhos de Contabilidade.

Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



Gestão de Fiscalização Profissional

Investimento total:
R\$ 29.805.636,16

Projeto em destaque:

Reuniões Regimentais

5

Assessoramento à Câmara e ao Setor de Fiscalização dos CRCs

9

Gestão de Registro

Investimento total:
R\$ 7.065.913,70

Projeto em destaque:

Exame de Suficiência

5

Gestão de Educação Continuada

Investimento total:
R\$ 6.020.212,27

Projetos em destaque:

Relacionamento Institucional com Entidades Nacionais e Internacionais

5

Seminários e Reuniões voltados à Gestão do Sistema CFC/CRCs

11

Normatização

Investimento total:
R\$ 3.201.497,43

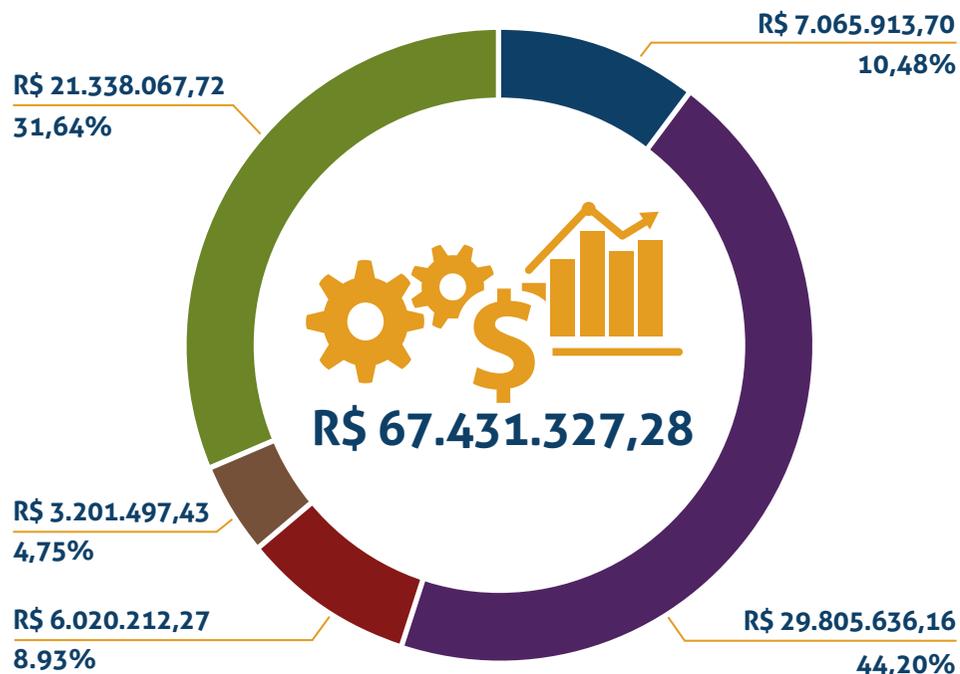
Projeto em destaque:

Grupos de estudo e de trabalho para normatização contábil

1

Alocação de Recursos

Considerando que os objetivos devem traduzir em ações operacionais o desempenho da entidade, correlacionando os projetos, as metas e os indicadores estratégicos à visão e à missão institucional, as prioridades da gestão 2019 foram evidenciadas por meio da execução dos seguintes programas e recursos alocados:



-  Gestão de Fiscalização
-  Gestão de Registro Profissional
-  Gestão de Educação Continuada
-  Normatização
-  Suporte e Apoio a Atividades Fins

Valor total efetivamente gasto com a função de Fiscalização do Exercício Profissional



Projetos da Fiscalização*
R\$ 2.205.299,31



Despesa com Diárias Reuniões Regimentais
R\$ 334.250,00



Folha da Fiscalização
R\$ 2.067.707,68



Despesa com Passagens Reuniões Regimentais
R\$ 213.197,04

- * • Diárias e passagens;
• Serviços de informática, auditoria, perícia e correspondência institucional

Valor total gasto com as demais atividades finalísticas (registro, normatização, julgamento e orientação)



Despesa com Diárias Reuniões Regimentais
R\$ 709.590,00



Despesa com Passagens Reuniões Regimentais
R\$ 597.589,27

Valor total gasto com indenizações a conselheiros



Diárias de Conselheiros
R\$ 1.962.251,04



Passagem de Conselheiros
R\$ 1.578.028,21



Riscos, Oportunidades e Perspectivas



Clique
para voltar ao
Sumário



Riscos, Oportunidades e Perspectivas

O processo de gestão de riscos no CFC consiste no gerenciamento de riscos e oportunidades e na instituição de mecanismos de controle interno necessários ao monitoramento e à avaliação das ações desenvolvidas, a fim de assegurar a eficácia dos controles e contribuir para a melhoria dos processos e do desempenho organizacional.

À gestão de riscos, portanto, cabe o tratamento eficiente das incertezas, seja pelo melhor aproveitamento das oportunidades, seja pela redução da probabilidade ou do impacto de eventos negativos, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor e fornecer garantia razoável ao cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs.

No âmbito do CFC, os normativos que regem a matéria são a Resolução CFC n.º 1.528/2017 - Política de Gestão de Riscos do CFC - e a Re-

solução CFC n.º 1.532/2017 - Plano de Gestão de Riscos do CFC - que, conjuntamente, sistematizam as práticas relacionadas à gestão de riscos, estabelecendo os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e a metodologia a serem observados no processo, com vistas ao alcance dos objetivos, melhor desempenho das atividades e salvaguarda dos processos.

Portanto, a adoção dos procedimentos estabelecidos para a devida análise de riscos dos processos desenvolvidos no CFC, subsidia a melhor tomada de decisões e proporciona segurança razoável para o alcance dos objetivos dos programas, projetos e processos e, consequentemente, dos Objetivos Estratégicos do CFC.

O detalhamento das categorias de risco, dos responsáveis envolvidos e da metodologia aplicada estão a seguir dispostos:

Natureza do Risco	Categoria do Risco
Não orçamentário-financeira	Estratégico: eventos que podem impactar a missão, as metas ou os Objetivos Estratégicos do CFC.
	Operacional: eventos que podem comprometer as atividades da unidade organizacional, sejam eles associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e à eficiência dos processos.
	Conformidade: eventos que podem afetar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.
	Reputação: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade em relação à capacidade do CFC em cumprir sua missão institucional ou que interfiram diretamente em sua imagem.
Orçamentário-financeira	Integridade: eventos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos e das atividades do CFC, causados pela falta de honestidade e desvios éticos.
	Fiscal: eventos que podem afetar negativamente o equilíbrio das receitas do Sistema CFC/CRCs.
	Orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade do CFC de contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária.



Responsabilidades

Plenário	Presidência	Diretoria Executiva	Comitê de Gestão de Riscos	Gestores de Áreas	Gestores dos Riscos
<ul style="list-style-type: none"> Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas alterações. Aprovar o Plano de Gestão de Riscos e suas alterações. 	<ul style="list-style-type: none"> Definir a Política de Gestão de Riscos. Avaliar as propostas de mudanças da Política de Gestão de Riscos. Definir o apetite a risco do CFC. Aprovar a indicação dos gestores de riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciar a implementação da gestão de riscos. Definir os processos prioritários para a gestão de riscos. Comunicar ao presidente o andamento do gerenciamento de riscos. Dirimir dúvidas quanto à identificação do gestor de determinado risco no âmbito interno das unidades organizacionais. Orientar a integração do gerenciamento de riscos com outras atividades de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar a Política e o Plano de Gestão de Riscos do CFC. Assessorar a alta direção. Comunicar à Diretoria Executiva o andamento do gerenciamento de riscos. Recomendar, quando necessária, a reavaliação e readequação da Política de Gestão de Riscos do CFC. Tratar os casos omissos e as excepcionalidades da Política de Gestão de Riscos do CFC. Estabelecer o contexto de forma geral para o Processo de Gestão de Riscos. Realizar o monitoramento e a análise crítica do Processo de Gestão de Riscos, propondo aos gestores ajustes e medidas preventivas e proativas. Orientar as partes interessadas no Processo de Gestão de Riscos. Elaborar e monitorar a Matriz Gerencial de Riscos, em que estarão descritos os riscos classificados como 'Extremos' e 'Altos'. Comunicar as partes interessadas no processo de Gestão de Riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> Sugerir os processos prioritários para gerenciamento dos riscos. Monitorar as operações do Processo de Gestão de Riscos realizadas pelos gestores dos riscos de sua área. Validar e contribuir na tomada de decisões dos planos de ação definidos na gestão dos riscos. Monitorar a execução dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos identificados pelos gestores dos riscos de sua área. Comunicar as ações realizadas pela Unidade Organizacional ao Comitê de Gestão de Riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> Executar as atividades referentes ao processo de identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos da atividade/projeto sob sua responsabilidade. Comunicar as ações realizadas aos gestores de áreas e/ou ao Comitê de Gestão de Riscos.

Nas fases de análise e de avaliação de riscos, os eventos de riscos e suas causas e consequências negativas são apreciados e classificados. Para tanto, são utilizadas as matrizes de 'Probabilidade x Impacto', na escala de 5x5, para definição do nível de risco e a de 'Classificação de Riscos', para classificação da diretriz do risco.

Já o apetite a risco é definido pela Presidência do CFC, conforme a matriz 'Apetite de Risco', a qual estabelece qual a quantidade de risco o CFC está disposto a aceitar, a fim de implementar sua estratégia, atingir seus objetivos e agregar valor aos serviços prestados no cumprimento de sua missão institucional.

A fase de tratamento do risco consiste 1) na seleção da melhor resposta a ser adotada para modificar o nível do evento de risco: evitar, aceitar, mitigar ou compartilhar o risco; 2) na elaboração de plano de ação, que pode implicar na adoção de novos controles ou na modificação de controles já existentes, e 3) no estabelecimento de prazos e responsáveis para implementação das ações.

O monitoramento e a análise crítica configuram etapa contínua e essencial do Processo de Gestão de Riscos, pois, entre outros objetivos, visam identificar mudanças no perfil do risco e ajustar a resposta, a prioridade e os planos de ação adotados.

O Conselho Diretor do CFC realiza o monitoramento mensal dos principais riscos da entidade, classificados como 'Extremos' e 'Altos' e também de todos os riscos de integridade, identificados nos processos.

Principais Riscos e Respostas

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Categoria	Resposta	Plano de Ação
Atraso na entrega do novo sistema de arrecadação	Alto	Alto	Alto	Operacional	Mitigar	Realização de reuniões semanais com representantes dos CRCs para levantamento e validação dos requisitos do sistema.
Divergência de informação e enfraquecimento do posicionamento do CFC sobre temas relevantes de interesse da classe contábil, em razão da perda de espaço midiático ocasionada pela ausência de prestação de serviço de publicidade.	Alto	Alto	Alto	Estratégico	Mitigar	Contratação de agência de publicidade.
Falta de adequação do Sistema de Diárias e Passagens ao Plano de Logística Sustentável (PLS)	Muito alto	Baixo	Alto	Operacional	Mitigar	Desenvolver ou melhorar o sistema para que os processos tramitem sem a necessidade de impressão - assinatura digital e outras funcionalidades. Realizar estudo de viabilidade de tramitação eletrônica.

Oportunidades e ações de fomento

Convênios para cruzamento de informações entre entidades da Administração Pública, a fim de fomentar a fiscalização profissional.

Ação de Fomento

Celebração de parcerias com Receita Federal do Brasil, Serpro, Controladoria-Geral da União e Comissão de Valores Mobiliários.

Reconhecimento da importância da fiscalização pelos órgãos de controle externo.

Ação de Fomento

Realização de fiscalização eletrônica, elaboração de plano de trabalho com definição de metas anuais e projeto de acompanhamento da fiscalização nos CRCs, pela Coordenadoria de Fiscalização do CFC.

Troca de conhecimento com outros órgãos da Administração Pública.

Ação de Fomento

Participação dos funcionários do CFC em reuniões dos grupos de trabalho da Câmara Técnica do CFC.

Acompanhamento da atualização de legislação (normas de prestação de contas, contabilidade).

Ação de Fomento

Recebimento de boletins da Secretaria do Tesouro Nacional; Tribunal de Contas da União; acompanhamento do Emendário de Gestão Pública; reuniões internas nos setores para discussão de novos normativos.

Divulgação, pela grande imprensa, dos trabalhos desenvolvidos pelo CFC.

Ação de Fomento

Elaboração de *clipping* contendo as principais notícias das atividades do CFC; elaboração do Plano de Comunicação e contratação de assessoria de imprensa.

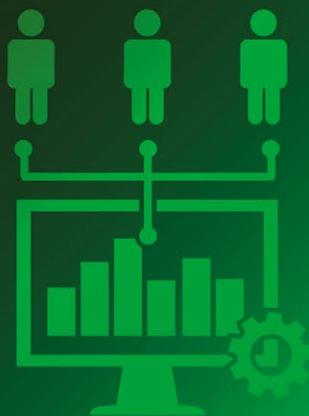


Riscos por categoria





Resultados e Desempenho da Gestão



Clique
para voltar ao
Sumário



Introdução

O CFC adota o Sistema de Gestão por Indicadores (SGI) e o Sistema de Plano de Trabalho (SPT) como formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado do planejamento.

Nas páginas que seguem, para cada área finalística do CFC – Fiscalização, Registro, Educação Continuada e Normatização –, são apresentadas análises sobre: indicadores do SGI, principais projetos e ações do SPT e desafios futuros.

Fiscalização

A fiscalização é uma das atividades finalísticas dos Conselhos de Contabilidade. Aos Conselhos Regionais cabe examinar as reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações dos dispositivos legais vigentes e fiscalizar o exercício profissional do técnico em contabilidade e do contador. Ao CFC cabe decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos CRCs, além de acompanhar o trabalho e os resultados obtidos por cada Conselho Regional.

Assim, as informações e os números apresentados a seguir relacionam-se ao trabalho da fiscalização nacional.

Indicadores

Índice de realização de diligências geral

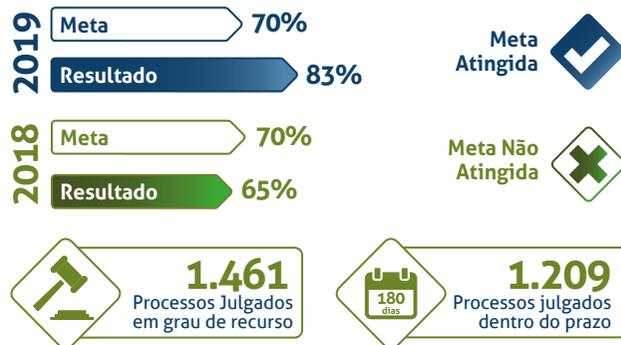


+480 mil procedimentos fiscalizatórios relacionados ao combate do exercício ilegal, fiscalização de decoreas emitidas, fiscalização de escriturações contábeis e a elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as NBCs.



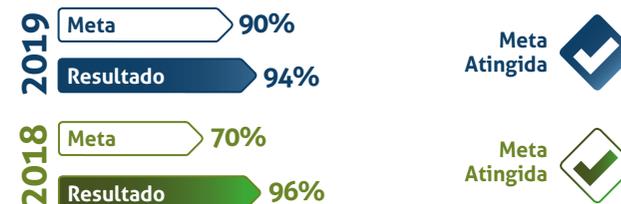
A utilização do Sistema de Fiscalização Eletrônica e a celebração de convênios pelos CRCs foram ferramentas importantes que auxiliaram no desenvolvimento de ações mais efetivas da fiscalização e propiciaram o crescimento significativo das ações em combate às irregularidades praticadas no exercício profissional. O CFC tem por objetivo intensificar ainda mais a fiscalização aos profissionais e às organizações contábeis em situação irregular, a fim de continuar atingindo o Objetivo Estratégico de aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de fiscalização como fator de proteção da sociedade.

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização



O cuidado e o zelo no julgamento dos processos são primordiais para o Sistema CFC/CRCs de modo a não causar prejuízos ao profissional e à sociedade. O resultado positivo demonstra o empenho do CFC em proporcionar celeridade no julgamento dos processos de fiscalização, dando retorno à sociedade das interposições de demandas de fiscalização reativas (denúncias) e principalmente atuando como fator de proteção do interesse público.

Ética na profissão



Visando assegurar a efetividade de suas ações fiscalizatórias, o CFC avalia, continuamente, o total de penalidades aplicadas frente ao total de processos julgados e verifica os aspectos qualitativos dos autos abertos e a confirmação da infração praticada.



104 Média de processos analisados por conselheiro

1.195 Processos mantiveram a penalidade aplicada em 1ª instância

44 Processos arquivados por inexistência comprovada do fato gerador da infração

40 Processos devolvidos e/ou diligenciados aos CRCs para correção de vícios sanáveis

Apesar dos Conselhos Regionais de Contabilidade aplicarem os procedimentos estabelecidos nas Resoluções CFC n.º 1.545 e n.º 1.546/2018 e no Manual de Cobrança, após o vencimento das penalidades aplicadas pelos setores de fiscalização, o percentual de arrecadação em relação ao valor devido foi de apenas 24%. O Manual de Cobrança do Sistema CFC/CRCs prevê as seguintes ações: notificações de caráter administrativo, protesto dos débitos e por último, se for o caso, e em conjunto com outros débitos, a execução fiscal.

Principais projetos e ações

Seminários e reuniões voltados à gestão do Sistema CFC/CRCs



Realizado o Seminário de Vice-Presidentes e Coordenadores de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs, com a presença de todos os vice-presidentes e chefes de fiscalização, ocasião em que foram abordados os seguintes temas:

- Valores da Fiscalização Nacional do Sistema CFC/CRCs.
- Publicidade de serviços – abordagens técnicas sobre conteúdo e mensagem e o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária.
- A Ética como fator de desenvolvimento profissional.
- NBC PG 01 (novo código de ética) – principais alterações e exemplos de aplicação prática.
- *Compliance* eficiente e efetivo: uma nova proposição de cultura para o ser humano.

O seminário oportunizou reflexão e encorajamento motivacional aos conselheiros e aos fiscais dos Conselhos Regionais, com a palestra "Superação & Resultados - As três decisões essenciais na carreira, negócios e sucesso", bem como disseminou as boas práticas realizadas pelas Câmaras de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs.

Reuniões Regimentais

24 Normas Brasileiras de Contabilidade aprovadas, sendo **3** normas de revisão

172 Deliberações expedidas

25 Resoluções aprovadas

21 Processos julgados

224 Processos de fiscalização julgados



1.237 Processos éticos disciplinares julgados pelo Tribunal Superior de Ética e Disciplina do CFC. Além disso, nas reuniões plenárias do CFC foram homologadas as decisões das reuniões de câmaras, bem como foram discutidos os projetos, a gestão e a aplicação dos recursos, com vistas ao aprimoramento da profissão contábil.

Revisão da legislação aplicada ao Sistema CFC/CRCs

10 Reuniões presenciais

5 Reuniões on-line

Ações desenvolvidas pela Comissão para viabilizar a revitalização e modernização dos procedimentos fiscalizatórios desenvolvidos pelo Sistema CFC/CRCs:

1. Minuta de resolução que dispõe sobre os procedimentos de apuração de denúncia e de comunicação de irregularidade relativos ao exercício da profissão contábil.
2. Minuta de alteração da Resolução CFC n.º 1.364/2011 - que dispõe sobre a Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore Eletrônica).
3. Minuta de alteração da Resolução CFC n.º 987/2003 - que regulamenta a obrigatoriedade do contrato de prestação de serviços contábeis.

Ações desenvolvidas pela Comissão para Estudo de Norma de Revisão pelos Pares para Organizações Contábeis:

1. Minuta de norma que trata da revisão externa dos processos para certificação da acreditação para as organizações contábeis.

2. Minuta de norma que trata das responsabilidades do profissional da contabilidade pela implementação e manutenção de um sistema de controle de qualidade apropriado para assegurar a execução dos trabalhos de escrituração contábil aos seus clientes na condição de responsável técnico.

Assessoramento à Câmara e ao Setor de Fiscalização dos CRCs



27 CRCs

Assessorados para o cumprimento das metas de fiscalização, apuração de denúncias e julgamento de processos

14 Visitas realizadas para verificação e orientações relacionadas aos trabalhos da fiscalização profissional e assessoramento técnico-operacional nas atividades de fiscalização, esclarecimento quanto ao julgamento de processos, elaboração de pareceres e votos, bem como aplicação de penalidades.

2 Reuniões coletivas e **3** reuniões individuais no formato on-line, com o intuito de orientar a confecção das propostas orçamentárias para 2020 e avaliar os resultados dos trabalhos da fiscalização.

Orientações, via *e-mail* e telefone, aos CRCs e à sociedade quanto à Decore, Coaf, dúvidas relativas à atividade privativa de contador e técnico em contabilidade e a legislação que rege a fiscalização do Sistema CFC/CRCs.

Apoio ao Atendimento à Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro

Exercício	Declarações ao Coaf	
	Declaração de Ocorrências	Declaração de Não Ocorrências
2017	1.419	134.530
2018	1.517	156.125
2019	1.257	150.399

O Sistema CFC/CRCs, com o intuito de manter a correta aplicação da legislação, desenvolveu ações de divulgação e acompanhamento com os profissionais da contabilidade quanto aos procedimentos a serem realizados, de modo a atuar como fator de proteção da sociedade, auxiliando na prevenção e no combate ao terrorismo, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, por meio do aumento dos controles.

Desafios futuros

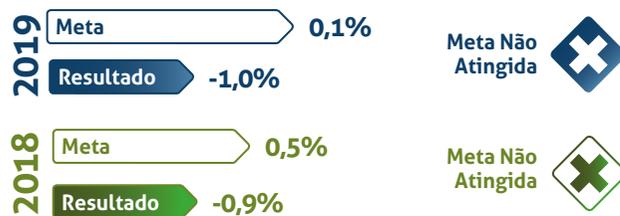
- Fortalecer a formação contínua dos fiscais e conselheiros do Sistema CFC/CRCs.
- Acentuar o controle e a avaliação do trabalho fiscalizatório realizado pelos Conselhos Regionais.
- Concluir e implantar a atualização da legislação que rege a fiscalização.
- Promover melhorias dos sistemas de informática para controle das fiscalizações, denúncias e trâmite dos processos de fiscalização.
- Criar norma de procedimentos processuais para fiscalização, apuração e julgamento de infrações à Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.
- Alcançar a certificação com base nas normas ABNT NBR ISO 14001:2015 – Sistema de Gestão Ambiental; ABNT NBR ISO 37001:2017 – Sistema de Gestão Antissuborno; e ABNT NBR ISO 45001:2018 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.

Registro

Conforme determina o Decreto-Lei n.º 9.295/1946, a concessão do registro profissional e de organização contábil é competência do Conselho Regional de Contabilidade, cabendo ao CFC a regulamentação e supervisão desses procedimentos.

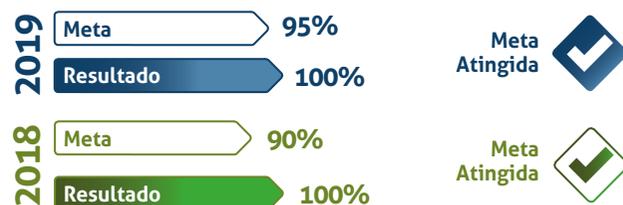
Indicadores

Índice de evolução de registros profissionais ativos



A recorrente redução no número de registros profissionais é influenciada diretamente pela crise econômica dos últimos anos, que dificulta o acesso ao mercado de trabalho. Os CRCs, com auxílio do Conselho Federal, têm realizado ações de incentivo para que os candidatos aprovados em Exame de Suficiência solicitem seus registros profissionais, uma vez que a obtenção do registro é essencial ao exercício regular da profissão contábil.

Tempo médio de julgamento de processos de registro



A Câmara de Registro, tal como ocorreu em exercícios anteriores, vem mantendo em 100% os índices de análises de processos direcionados ao CFC em grau de recurso, sempre observando as normas vigentes. A celeridade nos julgamentos dos processos deve-se à informatização dos procedimentos, como a implantação do Sistema de Processo Eletrônico de Registro (SPER) e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Principais projetos e ações

Exame de Suficiência

Exame	Presentes	Aprovados	% de aprovação
1º/2019	36.150	12.626	34,93%
2º/2019	33.182	11.161	33,64%



O Exame de Suficiência é uma das ações do Conselho Federal para assegurar que o futuro profissional da contabilidade tenha as habilidades e as competências necessárias para cumprir as demandas do mercado e destina-se a comprovar que o profissional formado detém conhecimentos suficientes para oferecer serviços com qualidade. Por consequência, a maior beneficiada com a aplicação do Exame é a sociedade brasileira, que pode contar com profissionais mais capacitados para atuar no mercado de trabalho.

Assessoramento à Câmara e ao Setor de Registro dos CRCs

Foram solicitadas, quando necessárias, melhorias na execução dos procedimentos realizados pelos CRCs, especialmente os relacionados à instrução, à tramitação e ao julgamento de processos eletrônicos, em relação às normas e aos manuais emitidos pelo CFC.



Acompanhamento e assessoramento aos setores de cobrança dos CRCs

Como resultado dos trabalhos realizados, verificou-se que houve redução no percentual de inadimplência de sete dos oito Conselhos Regionais visitados, variando entre 0,26% a 4,56%, considerando o período de dezembro (2018/2019). Isso evidenciou um progresso na recuperação de créditos.



Revisão da legislação aplicada ao Sistema CFC/CRCs

As revisões de normas relativas ao registro profissional e de organização contábil sempre são realizadas por meio de comissões e audiências restritas para que as normas sejam elaboradas tecnicamente, contendo embasamentos e estudos. Finalizado esse processo, as normas são submetidas à aprovação do plenário do CFC.

Em 2019, foram publicados os seguintes atos normativos:

- Resolução CFC n.º 1.566, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre a Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências.
- Resolução CFC n.º 1.575, de 8 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Cadastro Nacional de Auditores Independentes de Pessoas Jurídicas (CNAI-PJ) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dá outras providências.

Relacionamento Institucional com Entidades Nacionais e Internacionais

Comissão para Elaboração de Projetos e Ações que visem ao aprimoramento do ensino contábil no país:

Em 2019, o Ministério da Educação (MEC) encaminhou ao CFC 44 processos relativos à autorização, ao reconhecimento e à renovação de reconhecimento de cursos na área de contabilidade, conforme descritivo a seguir.



Comissões Institucionais

Jovens Lideranças

- 27 unidades federativas aderiram ao Projeto CFC/CRC Jovem.
- 129 ações realizadas pelo CFC Jovem e pelo CRC Jovem dos estados voltadas à educação continuada com um público de 6.250 participantes nos eventos.

- 12 estados realizaram ações de acolhida aos candidatos do Exame de Suficiência, alcançado um público de 16.000 nas duas edições.
- Participação da juventude contábil brasileira na realização do I Encontro Internacional de Jovens Lideranças na oportunidade do XII Encontro Nacional da Mulher Contabilista em Porto de Galinhas (PE).
- Participação no Primeiro Encontro de Estudantes e Jovens Lideranças do Rio de Janeiro, considerado o maior evento realizado em prol da juventude contábil da história do Sistema Contábil Brasileiro com a participação de mais de 2.000 pessoas.

Seminários e reuniões voltados à gestão do Sistema CFC/CRCs

Realizado o **Seminário de Vice-presidentes de Registro do Sistema CFC/CRCs**, com a presença de todos os vice-presidentes e chefes de registro, ocasião em que foram discutidas as normas de registro (profissional e organizações), os sistemas utilizados e os procedimentos adotados para instrução, tramitação e julgamento dos processos.

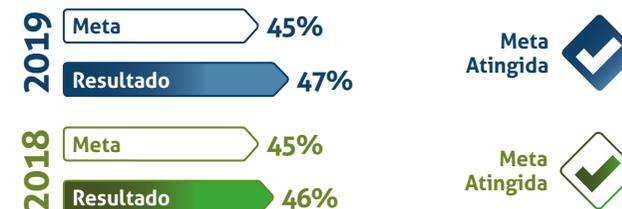
Desafios futuros

- Estimular os futuros bacharéis em Ciências Contábeis acerca da necessidade de submeterem-se à aprovação em Exame de Suficiência e registro profissional junto aos CRCs, para o desempenho das atividades contábeis.
- Intensificar as orientações às organizações contábeis para adequarem-se às normas e suas alterações, bem como observar as orientações estabelecidas por órgãos externos, a exemplo a Receita Federal do Brasil.
- Realizar o assessoramento às câmaras e aos setores de registros dos 27 CRCs, em um único exercício.
- Manter a inadimplência com o menor percentual possível – Profissionais Contábeis: até 33%. Organizações Contábeis: até 9%.
- Promover o estreitamento das relações do CFC/MEC, visando, entre outros pontos, a exclusão do curso de Ciências Contábeis da subárea do curso de Administração e Turismo.

Educação Continuada

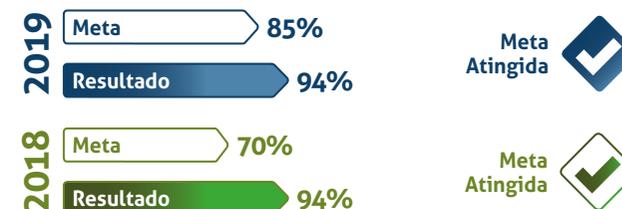
Indicadores

Participação dos profissionais da contabilidade, conselheiros e funcionários em eventos de capacitação



Destaca-se que o Sistema CFC/CRCs tem, ao longo do tempo, primado pela política de excelência educacional, norteada pela necessidade de se disponibilizar para o mercado profissionais capacitados e sintonizados com as mudanças da profissão.

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.



O resultado demonstra o cumprimento da meta e a responsabilidade institucional com os profissionais contábeis, capacitando-os para um desenvolvimento multiplicador responsável. No ano de 2019, a meta foi mais desafiadora passando de 70% para 85%, mantendo o resultado de satisfação do ano anterior (94%).

Investimentos em desenvolvimento profissional – per capita



Principais projetos e ações

Apoio à produção técnico-científica da área contábil

Concessão do prêmio Olívio Koliver ao artigo intitulado "Fatores determinantes no Disclosure do Teste de Impairment: uma análise de empresas não financeiras listadas na B3", de autoria do estudante de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), Matheus Henrique Bastos Leite, sob a orientação do contador e doutor em Contabilidade, César Augusto Tibúrcio Silva. O artigo foi veiculado na edição número 232, da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), referente aos meses de julho-agosto de 2018.



Exame de Qualificação Técnica (EQT)

Nos termos da NBC PA 13 e NBC PP 02, foram realizadas, em 2019, duas edições do Exame de Qualificação Técnica para Auditores (EQT- Auditoria) e uma para o Exame de Qualificação Técnica para Peritos Contábeis (EQT- Perícia).

Exame	Presentes	Total Aprovados	(%) Aprovados
19º EQT – Prova QTG	1.064	45	4,23%
19º EQT – Prova CVM	787	95	12,07%
20º EQT – Prova QTG	1.255	490	39,04%
20º EQT – Prova CVM	887	322	36,30%
20º EQT – Prova BCB	174	34	19,54%
20º EQT – Prova SUSEP	73	22	30,14%
3º EQT – Perícia Contábil	953	437	45,86%

Os profissionais aprovados foram incluídos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) e devem cumprir o Programa de Educação Profissional Continuada.



Apoio à realização de eventos da área contábil

Visando atender o disposto na Lei n.º 12.249/2010, que definiu como competência dos Conselhos de Contabilidade a promoção da educação continuada aos seus registrados, foram concedidos apoios para 30 eventos em 2019.



Educação Continuada – auditores, peritos e demais profissionais obrigados

Em 2019, foram realizadas seis reuniões presenciais da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC-CFC), resultando na análise de cerca de 520 processos, perfazendo 3.309 atividades julgadas pela Comissão.



Foi realizada a alteração da NBC PG 12 (R3) para aplicação aos profissionais obrigados ao cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada. A Norma passa a vigorar a partir de janeiro de 2020, com destaque, dentre outros assuntos, para a entrega da prestação de contas, somente, por meio eletrônico e ajuste de prazos nas obrigações a serem entregues pelas instituições capacitadoras.



Excelência na Contabilidade – Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu

- Aprovação, em 2019, de apoio financeiro para realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis aos CRCs.



- Foram realizadas subvenções a três CRCs, após recepção, análise e julgamento das prestações de contas, de acordo com os Termos de Cooperação em vigor:

R\$ 228.016,09

Total de subvenções realizadas



Relacionamento Institucional com Entidades Nacionais e Internacionais

Associação Interamericana de Contabilidade (AIC)

Com o propósito de promover o desenvolvimento das ciências contábeis no âmbito da América Latina, o CFC participa intensamente das ações promovidas pela AIC, por meio de seus representantes junto à entidade.

2

Reuniões realizadas

8

Comitês técnicos com representantes do CFC

2

Eventos realizados*

*XXXIII Conferência Interamericana de Contabilidade e Seminário Regional Interamericano de Contabilidade

A Presidente do CFC, gestão 2007-2010, Contadora Maria Clara Bugarim, foi a primeira mulher eleita para presidir a AIC e seu mandato será no biênio 2019-2021.

O Brasil é um país que se destaca por liderar a evolução da Contabilidade na América Latina. A efetiva participação brasileira nos diferentes grupos de trabalho e em diversas organizações que representam a profissão contábil no mundo demonstra o reconhecimento da sua importância.

Grupo Latino-americano de Emissores de Normas de Informação Financeira (Glenif)

Para analisar as questões que o Comitê Internacional de Normas Contábeis (Iasb) oferece em audiência pública, o Glenif cria Grupos de Trabalho Técnico (GTT) para cada tema. Os GTTs são coordenados por representantes dos países membros supervisionados por um dos integrantes do Diretório Glenif.

Em 2019, foram enviadas sete contribuições ao Iasb:



O Brasil é responsável por **2** Grupos de Trabalho

O CFC participa ativamente do Glenif para o desenvolvimento das ciências contábeis no Brasil e nos países da América Latina e para o fortalecimento da voz latino-americana na elaboração das Normas Internacionais de Contabilidade.

Comitê de Integração Latino Europa América (CILEA)

O Cilea é uma instituição que dá voz às organizações profissionais de Ciências Contábeis dos países dos dois continentes, construindo uma ponte entre os profissionais latinos da América e da Europa.

Principais ações realizadas em 2019:

- Aprovação de programa on-line para a elaboração do Balanço Social e Ambiental para as Pequenas e Médias Empresas.
- II Congresso Internacional de Contabilidade Pública e XXXIX Seminário Internacional de Países Latinos Europa – América
- XL Seminário Internacional de Países Latinos Europa – América.

Promover a educação continuada - encontros/seminários/fóruns/jornadas

Principais eventos:

XII Encontro Nacional da Mulher Contabilista
1.372 participantes

Encontro de Gestores Públicos (EGP) e Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (Secofem) (Realizado em 5 estados)
1.182 participantes

Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos aplicados ao Setor Público (SBCASP)
144 participantes

Fórum dos Contadores Governamentais da América Latina (Focal)
113 participantes

Seminário Anual Latino-Americano sobre Gestão de Tesourarias Públicas (Fotegal)
58 participantes

Abraçando o Controle Social (CFC/CGU) (Realizado em 8 estados)
966 participantes

Ampliação e modernização do acervo bibliográfico



13 mil

Trabalhos e artigos para acesso eletrônico

24.440

Itens bibliográficos

10.381

Consultas via terminal web

Em 2019, a Biblioteca adquiriu **146** exemplares de livros, assinou **13** periódicos nacionais e internacionais e incluiu **609** artigos de periódicos na base de dados.

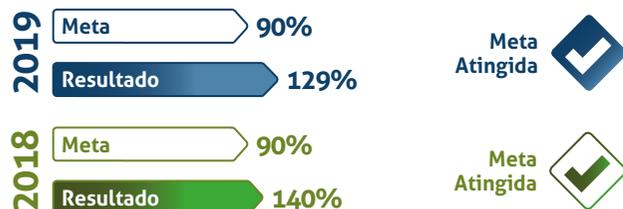
Desafios futuros

- Realizar a 21ª edição do Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), de 15 a 18 de novembro de 2020, em Balneário Camboriú (SC), para um público estimado de 6.000 profissionais da contabilidade de todo o país. A expectativa é muito positiva, em que assuntos inovadores irão contribuir na aplicabilidade da função de cada profissional. O Congresso tem como lema, *Ser Contábil – Humano, Digital e Ético*.
- Realizar, em 2020, quatro Semanas Contábil e Fiscal para estados e municípios (Secofem), quatro Encontros de Gestores Públicos (EGP) e um Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público (SBCASP).
- Promover o XII Encontro Nacional de Professores e Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis (XII ENCPCCC).
- Aumentar o acervo bibliográfico do CFC - físico e digital - e ampliar a conexão com usuários por meio das tecnologias da informação e da comunicação (internet, base de dados etc.), de forma que a informação chegue clara, precisa, rápida e atualizada.
- Contratar empresa, mediante procedimento licitatório, para aplicação eletrônica das provas do Exame de Qualificação Técnica;
- Concluir o Sistema Web EPC pelos clientes envolvidos (Sistema CFC/CRCs, capacitadoras e profissionais);

Normatização

Indicadores

Leis, decretos, decisões judiciais que assegurem ou ampliem as competências do CFC e melhorem o ambiente regulatório da profissão



Em 2019, o CFC manteve o alcance da meta. O resultado do trabalho realizado pelas comissões instituídas ultrapassou o quantitativo das ações previstas. As ações realizadas foram:

1. Acompanhamento do projeto de criação da Nota Fiscal Eletrônica Nacional, visando atender a todos os municípios interessados, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Sped (Portaria CFC n.º 154/18).

2. Acompanhamento dos projetos de criação da Central de Balanços e dos Projetos ECD e ECF, desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Sped (Portaria CFC n.º 154/18).

3. Acompanhamento do projeto eSocial, por meio de participação do GT Confederativo e reuniões com RFB, Serpro e fábricas de *softwares* contábeis, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Sped (Portaria CFC n.º 154/18).

4. Instituição de Grupo de Estudo para oferecer contribuições técnicas relativas à Reforma Tributária (Portaria CFC n.º 105/19).

5. Instituição de Grupo de Estudo para oferecer proposta de regulamentação para Entidades em Liquidação (incluindo Massas Falidas) colaborando com uma demanda do judiciário e buscando alinhamento com outros órgãos reguladores (Portaria CFC n.º 116/19).

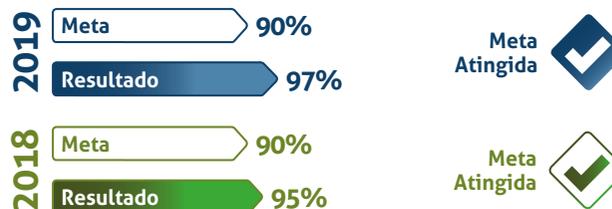
6. Instituição de Grupo de Estudo para Regulamentação das Normas de Auditoria Governamental com o intuito de emitir normas convergidas aos padrões internacionais emanados pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) (Portaria CFC n.º 112/19).

7. Designação de representante para Grupo de Trabalho do CPC que revisará a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) OCPC 04 aplicável às entidades incorporadoras de imóveis (Portaria CFC n.º 19/19).

8. Instituição de Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia com o objetivo de acompanhar as mudanças tecnológicas, sua influência na profissão contábil e possíveis regulamentações do CFC (Portaria CFC n.º 15/19).

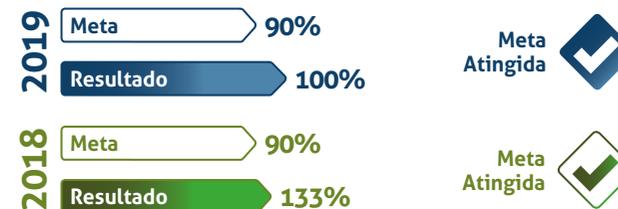
9. Participação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e reuniões com a Receita Federal do Brasil para tratar de propostas de reformas tributárias (Portaria CFC n.º 105/19).

Índice anual de alterações – audiência pública



O CFC aprimorou ainda mais suas ações por meio de seus Grupos de Estudo e de Trabalho, na elaboração, no acompanhamento das normas de interesse da profissão e da Ciência Contábil, oportunizando à sociedade a participação na construção e discussão das 60 minutas submetidas a audiências públicas. Esse processo democrático promove o alinhamento dos entendimentos, agregando a participação de diversos setores da sociedade que contribuem para o aprimoramento das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Quantidade de normas técnicas aprovadas



Das 67 NBCs previstas e submetidas à apreciação da Câmara Técnica, todas foram aprovadas. A meta fixada para os indicadores "índice anual de alterações — audiência pública" e "quantidade de normas técnicas aprovadas" foram cumpridas, visando atingir seu objetivo estratégico de "Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da Ciência Contábil" e cumprir sua finalidade institucional estabelecida no Decreto n.º 9.295/1946 de "editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional".

Principais projetos e ações

Relacionamento Institucional com Entidades Nacionais e Internacionais Federação Internacional de Contadores (Ifac)

O CFC encaminha todos os anos à Ifac as Declarações de Obrigações de Associado (*Statements of Membership Obligations* (SMOs)) como o resultado de todos os trabalhos realizados decorrentes do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o CFC e a Ifac. Apresenta-se abaixo resumo dos 7 tópicos do SMO, referente ao exercício de 2019.

SMOs

Controle da Qualidade

Adotado parcialmente

O CFC criou o Cadastro Nacional de Auditores Independentes – Pessoa Jurídica, que obriga as firmas cadastradas a se submeterem ao Programa de Revisão Externa de Qualidade.

Normas Internacionais de Educação (IES)

Adotado parcialmente

O CFC tem buscado trabalhar junto ao MEC para reduzir as principais lacunas de alinhamento com as IES, em especial quanto à exigência de experiência prática.

Normas Internacionais de Auditoria (ISA)

Adotado

As ISA foram adotadas, na sua totalidade, e estavam em vigor no momento da avaliação. As normas são efetivas para aplicação em todos os trabalhos de auditoria.

Código de Ética

Adotado parcialmente

O CFC atualizou o Código de Ética em 2019, em consonância com os requisitos da versão de 2016 do Código de Ética do Iesba, excetuando algumas poucas diferenças em face da legislação brasileira não trazer similaridade para a sua adoção.

Normas Internacionais aplicadas ao Setor Público (Ipsas)

Adotado parcialmente

Até 31/12/2019, o CFC já convergiu 27 Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, restando convergir mais 7 Ipsas.

Sistema de Fiscalização e Disciplinar (I&D System)

Adotado parcialmente

O CFC estuda a possibilidade de propor a revisão da legislação a fim de que o Sistema CFC/CRCs possa conduzir processos investigativos e disciplinares para não-contadores.

Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)

Adotado

As IFRS foram adotadas e atualmente são efetivas para todas as entidades de interesse público.

Grupos de Estudo e de Trabalho para Normatização Contábil

Grupo do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

- Reunião para discussão do eSocial, EDF-Reinf, ECD, ECF, Central de Balanços e NFS-e.
- Aditamento do Convênio com Receita Federal para viabilizar o desenvolvimento do Sistema de Verificação de Assinaturas Digitais (SVAD) das Escriturações Contábeis Digitais.



9 Reuniões do GT **2** Participações em Fóruns Sped

Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP)



7 reuniões realizadas e **5** Normas aprovadas, em 2019

Contabilidade para Entidades Desportivas

- Editada a Orientação Técnica OTG 2003 – Orientações sobre a Aplicação da ITG 2003 – Entidade Desportiva.
- Realização do *Seminário de Contabilidade aplicada às Entidades Desportivas*.
- Iniciada a revisão da interpretação existente.

Atualização das normas de perícia

Realizada audiência pública sobre atualização as normas profissionais e técnicas de perícia contábil em adequação ao Código de Processo Civil.

Comitê Gestor da Convergência (CGC)



Revisadas

6 Normas Profissionais

2 Normas de Auditoria

3 Normas de Revisão que alteraram outras **45** Normas

Editados **7** Comunicados Técnicos



Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)



No exercício de 2019, o CPC desenvolveu seus trabalhos ao longo de **11** reuniões regimentais com a Revisão CPC 14, que alterou **21** Pronunciamentos CPCs, **5** Interpretações Técnicas ICPCs e **1** Orientação Técnica OCPC em vigor. Além disso, editou o Pronunciamento Técnico CPC 00(R2). Enviou **7** cartas comentários ao *International Accountancy Standart Board (IASB)* e promoveu o "XVI Seminário Internacional do CPC – Normas Contábeis Internacionais" com o objetivo de proporcionar um panorama do atual estágio de adoção das normas internacionais.

Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE)

Em 2019, foram realizadas 157 revisões por pares, sendo 43 processos baixados em diligência para verificação do Grupo Assessor, conforme informações a seguir:

Total de empresas selecionadas	157
Exclusões	16
Processos analisados	141
Adequado	75 (53,20%)
Adequado com deficiências	29 (20,56%)
Inadequado	10 (7,10%)
Com limitação de escopo	6 (4,25%)
Não aprovadas	21 (14,89%)

Treinamentos dos revisores



Em 2019, foram **10** capacitações em **8** estados

Desafios futuros

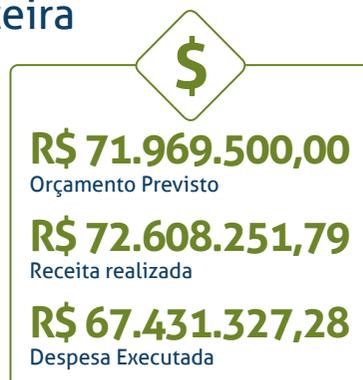
- Editar sete normas aplicáveis ao Setor Público (quatro em 2020 e três em 2021) para adoção completa das Ipsas. Além disso, acompanhar as revisões propostas pelo Ipsasb.
- Atualizar as normas profissionais e técnicas de perícia contábil (NBC PP 01 – Perito Contábil e a NBC TP 01 – Perícia Contábil) em adequação ao Código de Processo Civil, que trará mais qualidade ao desenvolvimento de trabalhos periciais, alinhados com as diretrizes do Código.
- Regular a contabilidade para entidades em liquidação (inclusive massa falida) e desenvolver práticas de assecuração sobre o Relato Integrado e demais demonstrações de sustentabilidade, por meio das comissões instituídas, cujos trabalhos foram iniciados em 2019.
- Participar da discussão sobre Apresentação das Demonstrações Contábeis do IASB durante 2020.
- Criar novo Sistema Web para o Programa de Revisão pelos Pares, bem como ampliar os treinamentos sobre o programa e publicar os relatórios de revisão.

Gestão Orçamentária e Financeira

Execução orçamentária

O orçamento do CFC em 2019 foi estimado em R\$ 71.969.550,00 tendo sido arrecadado o valor de R\$ 72.608.251,79, equivalente a 100,88% da receita prevista. As despesas executadas representaram o montante de R\$ 67.431.327,28, correspondendo a 93% do valor arrecadado.

O índice de eficiência orçamentária demonstra a relação entre as receitas e despesas. O CFC cumpriu o princípio do equilíbrio orçamentário ao não gastar mais do que arrecada, mantendo a despesa corrente menor que a receita corrente. Os resultados apurados em 2019 foram satisfatórios, justificados por ações voltadas à execução dos programas institucionais.



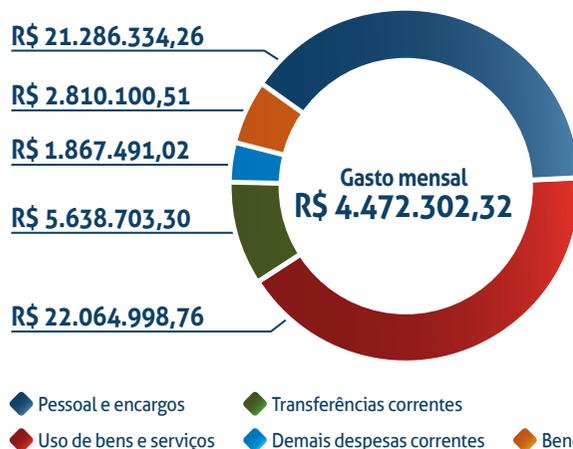
Resultado Financeiro

O CFC apresenta uma situação financeira confortável referente à capacidade de solvência do seu passivo financeiro, o superávit financeiro apurado em 2019 foi de R\$ 93.532.938,32.

Resultado Financeiro		R\$ mil
Resultado Financeiro	2019	
Ativo Financeiro	99.003	
(-) Passivo Financeiro	5.470	
Superávit Financeiro	93.532	

Despesas Correntes

As despesas correntes representam cerca de 79,59% da despesa total e apresentam uma média de gasto mensal de, aproximadamente, R\$ 4.472.302,32; as de maior relevância estão descritas a seguir:



Uso de Bens e Serviços

- Os serviços se referem a contratações necessárias ao funcionamento do CFC: 39,20%
- O material de consumo se refere aos materiais de reposição de estoque no almoxarifado e consumo nas Unidades Organizacionais para execução das atividades finalísticas: 1,36%

R\$ mil

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
1. Despesas de Pessoal	24.096	23.394	24.096	23.394	23.544	22.818
Remuneração de Pessoal	16.376	15.827	16.376	15.827	16.376	15.793
Encargos Patronais	4.910	4.776	4.910	4.776	4.477	4.363
Benefícios a Pessoal	2.810	2.791	2.810	2.791	2.691	2.662
2. Uso de Bens e Serviços	22.065	19.615	22.065	19.615	21.367	19.186
Material de Consumo	724	812	724	812	724	769
Serviços	12.451	10.298	12.451	10.298	1.753	9.937
Diárias	4.578	4.400	4.578	4.400	4.578	4.400
Passagens	4.254	4.052	4.254	4.052	4.254	4.028
Demais elementos do grupo	58	52	58	52	58	52
3. Financeiras	201	313	201	313	201	313
Serviços Bancários	201	313	201	313	201	313
4. Outras Despesas Correntes	7.306	7.522	7.306	7.522	7.205	7.335
Subvenções	5.639	6.347	5.639	6.347	5.623	6.178
Tributárias	938	968	938	968	853	949
Demais elementos do grupo	729	208	729	208	729	208
DESPESAS CORRENTES	53.668	50.844	53.668	50.844	52.317	49.653

R\$ mil

DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
5. Investimentos	1.006	1.687	1.006	1.687	838	1.687
Equipamentos e Material Permanentes	40	610	40	610	40	610
Intangível	966	1.076	966	1.076	798	1.076
6. Empréstimos Concedidos	8.345	8.810	8.345	8.810	8.174	8.751
Empréstimos p/ Aquis. Const e Reforma	8.345	8.810	8.345	8.810	8.174	8.751
7. Outras Despesas de Capital	4.412	2.055	4.412	2.055	3.994	1.701
Transferência de Capital	4.412	2.055	4.412	2.055	3.994	1.701
DESPESAS DE CAPITAL	13.763	12.551	13.763	12.551	13.006	12.138
TOTAL GERAL	67.431	63.395	67.431	63.395	65.323	61.791

Gestão de Pessoas

A força de trabalho efetiva em 31/12/2019 do CFC era composta por empregados efetivos (55%), aprendizes (3%), cargos em comissão (3%), estagiários (25%) e prestadores de serviço (14%). Do total, 11 colaboradores estão diretamente atuando em atividades de fiscalização por meio da orientação, assessoramento e acompanhamento aos trabalhos da fiscalização dos CRCs.

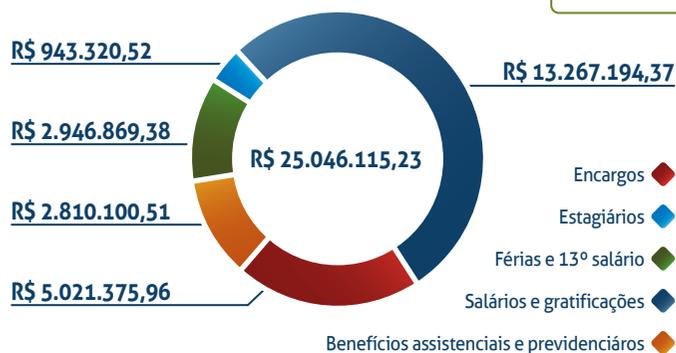
Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, destinando-se às atribuições de assessoramento à gestão. Os prestadores de serviços são contratados por meio de licitação e destinam-se a execução dos serviços de limpeza, conservação, segurança, brigada, recepção, telefonia, copeiragem e informática. Os estagiários são estudantes do ensino superior que desenvolvem atividades relacionadas às suas áreas de formação profissional, sob a supervisão de empregado efetivo. A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos termos previstos na Resolução CFC n.º 1062/2005.



Com relação à evolução dos gastos de pessoal nos últimos dois anos, percebem-se pequenas variações entre 2018 e 2019. As variações decorrem da correção salarial e aumento no valor dos benefícios (vale alimentação/refeição e auxílio creche) em 5% e da progressão funcional de 1% resultante da avaliação de desempenho.

Detalhamento da Despesa de Pessoal

(empregados efetivos + aprendizes + cargos comissionados + estagiários)



R\$ 2.067.707,68
Gastos na Fiscalização



Comparativo do gasto com pessoal



Gestão de Licitações e Contratos

O CFC observa a Lei n.º 8.666/1993, a Lei n.º 10.520/2002, a Lei Complementar n.º 123/2006, o Decreto n.º 10.024/2019 e demais decretos, instruções normativas e jurisprudências que disciplinam os procedimentos de contratações.

As despesas do CFC com contratação totalizaram R\$ 11.604.050,97 em 2019, das quais 94,89% foram realizadas por meio de 13 Pregões Eletrônicos e 5,11% foram por Contratações Diretas, para atender aos programas de Gestão de Fiscalização, Gestão de Registro Profissional, Gestão de Educação Continuada e Suporte e Apoio a Atividades-Fins.

Modalidade de contratação	2019	2018
Pregão Eletrônico	R\$ 11.011.504,12	R\$ 4.571.374,30
Contratações Diretas	R\$ 592.546,85	R\$ 553.083,44
Dispensa	R\$ 132.432,10	R\$ 182.775,94
Inexigibilidade	R\$ 460.114,75	R\$ 370.307,50
Total	R\$ 11.604.050,97	R\$ 5.124.457,74

O aumento de 140%, em relação à 2018, decorreu, principalmente, das contratações de empresas para a aplicação das provas do Exame de Suficiência, do Sistema Eleitoral, da Assessoria de Imprensa e para Aquisição de Passagens Aéreas.

Contratações diretas

Dos 63 processos de contratações realizados em 2019, 50 referem-se a contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade), sendo que 30 delas foram por inexigibilidade e envolveram, em sua maioria, cursos de capacitação para os funcionários e 20 por dispensa em razão do valor para contratação de serviços de manutenção predial e aquisição de materiais de expediente e higiene.

Contratações mais relevantes

Gestão de Fiscalização	
Objetivo estratégico: Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs	Valor contratado
Objeto: Sistema eletrônico eleitoral via internet.	R\$ 597.000,00
Justificativa: Cumprir a Resolução CFC n.º 1.570/19.	
Gestão de Registro Profissional	
Objetivo estratégico: Atuar como fator de proteção da sociedade.	Valor contratado
Objeto: Elaboração e aplicação das provas do Exame de Suficiência do CFC.	R\$ 3.380.000,00
Justificativa: Cumprir a Lei n.º 12.249/2010 e a Resolução CFC n.º 1.486/2015.	
Objetivo estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade.	Valor contratado
Objeto: Confecção de Carteira de identidade do Contador.	R\$ 270.000,00
Justificativa: Cumprir a Resolução CFC n.º 1.566/19.	
Gestão de Educação Continuada	
Objetivo estratégico: Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade.	Valor contratado
Objeto: Assessoria de Imprensa.	R\$ 312.000,00
Justificativa: Aprimorar a comunicação social do CFC e o relacionamento com a mídia.	

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Os investimentos realizados em infraestrutura e equipamentos foram necessários para atender ao Objetivo Estratégico n.º 15 da Resolução CFC n.º 1543/2018, assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs. Entre os resultados alcançados decorrentes dos investimentos em equipamentos (aquisição de projetores), destacam-se:

- modernização dos projetores;
- versatilidade no uso desses equipamentos;
- adaptação à luz ambiente;
- melhor qualidade da imagem; e
- menor gasto com manutenção, uma vez que são aparelhos novos.

Os contratos de limpeza, conservação e jardinagem, segurança predial e preventiva totalizam R\$ 1.796.416,04 representando 69,42% dos gastos apresentados na tabela abaixo.

Objeto	Valor
Modernização e manutenção da estrutura física	R\$ 2.697.634,09
Aquisição de máquinas e equipamentos	R\$ 33.190,00
Manutenção da frota de veículos	R\$ 270.399,60
Valor total	R\$ 2.757.863,69

Desfazimento de ativos

Em 2019, não foi realizado nenhum desfazimento de ativos, no entanto, iniciou-se o processo para desfazimento de bens inservíveis com a criação de Comissão Especial de Avaliação e Desfazimento de Bens Inservíveis, Portaria CFC n.º 131, de 10 de junho de 2019.

Locações de Imóveis e Equipamentos

O CFC possui contrato de locação de impressoras (*outsourcing*) agilizando a demanda e reduzindo custos com manutenção e suprimentos. O CFC não possui bens imóveis locados.



Aprimoramento da Gestão Patrimonial

Entre as ações para aprimoramento da gestão patrimonial, cabe citar a elaboração de Procedimento Específico, para certificação ISO 9001, do Setor de Patrimônio, a fim de padronizar os procedimentos da gestão patrimonial do CFC.



Principais desafios e ações futuras

Pode-se destacar como desafio da gestão patrimonial o seguinte:

- elaboração do Manual de Patrimônio e Almozarifado;
- aquisição de mobiliário;
- manutenção dos mobiliários existentes;
- contratação de empresa de engenharia para manutenção corretiva, tendo em vista o desgaste natural do edifício.

Gestão de Custos

Atualmente, o CFC não adota metodologia para o rateio dos custos indiretos. O Conselho utiliza sistema informatizado para o controle dos custos diretos, os quais foram alocados em 66 projetos aprovados para o Plano de Trabalho de 2019, que estão alinhados e vinculados a 15 objetivos estratégicos para atender às necessidades dos 5 programas voltados ao atingimento das atividades-fins do Conselho. Os custos alocados nos programas estão demonstrados no Capítulo 2: Governança Estratégica e Alocação de Recursos, página 19.

Valores por Objetivo Estratégico

Objetivo Estratégico	Executado
Fortalecer o ambiente regulatório e garantir as prerrogativas profissionais	R\$ 491.170,90
Fortalecer a participação sócio-político-institucional justo às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas	R\$ 1.551.441,62
Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade	R\$ 231.248,06
Firmar parcerias estratégicas (*)	R\$ 0,00
Atuar como fator de proteção da sociedade	R\$ 8.836.990,23
Promover a satisfação da classe contábil com o Sistema CFC/CRCs	R\$ 140.370,98
Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs	R\$ 1.541.785,67
Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos	R\$ 196.872,25
Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade	R\$ 1.605.333,85
Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da ciência contábil	R\$ 3.174.568,77
Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs	R\$ 2.816.464,55
Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs	R\$ 2.099.001,77
Atrair e reter talentos	R\$ 25.060.879,73
Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e formar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs.	R\$ 2.759.479,56
Assegurar adequada infraestrutura e suporte logísticos às necessidades do Sistema CFC/CRCs.	R\$ 16.925.719,34
Total	R\$ 67.431.327,28

(*) Foram firmadas parcerias, porém sem custos.

Principais desafios e ações futuras

- Concluir os trabalhos da comissão instituída para implantação da gestão de custos no CFC.
- Finalizar a revisão e atualização do Manual de Contabilidade e definir os parâmetros de rateio de custos indiretos.
- Parametrizar os sistemas informatizados "Plano de Trabalho" e de "Contabilidade" para alocar as despesas por centro de custos.



Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis



Clique
para voltar ao
Sumário



Declaração da Contadora do CFC

Angela Maria Fazon Pereira

O Departamento de Contabilidade (Decont) compõe a estrutura da Coordenadoria Administrativa (Coad) da Vice-Presidência Administrativa do CFC e exerce a responsabilidade de coleta de dados, registro, elaboração das demonstrações contábeis e produção de relatórios gerenciais. O escopo desta declaração tem por base as demonstrações contábeis do Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis do CFC foram elaboradas em observância à Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPCI/ CFC n.º 023/2019 da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da DN-TCU n.º 178/2019 e da Portaria TCU 378/2019, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis e dos atos da Gestão é realizada pela Câmara de Controle Interno, de acordo com as letras "c", "d" e "g" do parágrafo 1º do artigo 17 da Resolução CFC n.º 1.458, de 11 de dezembro de 2013, que aprova o Regimento do CFC e dá outras providências, alinhado aos procedimentos descritos nos Manuais de Contabilidade e de Auditoria do Sistema CFC/CRCs.

Esse é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações, extraídas do Sistema Informatizado de Contabilidade

e demais sistemas gerenciais, que são utilizados pelo CFC nos quais são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do CFC são as seguintes:

- **Balanco Patrimonial (BP)** – é estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial do CFC.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)** – evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)** – demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.
- **Balanco Orçamentário (BO)** – demonstra o orçamento inicial e suas alterações, confrontando-os com a execução da receita e da despesa.
- **Balanco Financeiro (BF)** – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.
- **Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar (RPP)** – ratifica as despesas empenhadas e efetivamente executadas cuja liquidação tenha sido verificada no exercício.
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** – apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.



- **Notas Explicativas** – fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos.

Os demonstrativos podem ser acessados no site do CFC, por meio do endereço <http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx>.

Avanços

No exercício de 2019, o CFC manteve o foco na qualidade das informações contábeis do Sistema CFC/CRCs, aprimorando a adoção do princípio da competência para receitas e despesas com reflexo nas Variações Patrimoniais e dos registros da depreciação e da amortização dos itens do Imobilizado e Intangível.

- Adoção do princípio da competência para receitas e despesas com reflexo nas Variações Patrimoniais;
- Registros da depreciação e da amortização dos itens do Imobilizado e Intangível;
- Controle dos contratos nas contas de compensação, designados como atos potenciais ativos e passivos.
- Instituição de comissão, por meio da Portaria CFC n.º 262/2019, cujo objetivo é elaborar a sistemática e implantar o modelo de Gestão de Custos no CFC.
- Estudo para parametrização no Sistema Informatizado da Demonstração do Fluxo de Caixa e da Consolidação das Demonstrações Contábeis.

Declaração

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos para a elaboração e apresentação do Relatório de Gestão e do processo de Prestação de Contas, considerando ainda que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles, declaro que os Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar, as Demonstrações das Variações Patrimoniais, o Fluxo de Caixa e as Mutações do Patrimônio Líquido, refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Contabilidade.


Angela Maria Fazon Pereira
CRC PR 43954/O-4T

Balço Patrimonial (BP)

				R\$ mil			
ATIVO	NE	2019	2018	PASSIVO	NE	2019	2018
Ativo Circulante		101.645	95.188	Passivo Circulante	8	5.474	4.986
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	98.117	92.360	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		433	447
Caixa e Equivalentes de Caixa		98.117	92.360	Pessoal a Pagar		0	34
Créditos de Curto Prazo		406	308	Encargos Sociais a Pagar		433	413
Cota-Parte	2	406	308	Obrigações de Curto Prazo		1.906	1.506
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	3	2.816	2.173	Obrigações Fiscais de Curto Prazo		375	411
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		380	337	Depósitos Consignáveis		532	511
Empréstimos Concedidos		1.941	1.363	Fornecedores		999	584
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		375	379	Demais Obrigações de Curto Prazo		723	608
Outros Créditos e Valores a Receber		120	94	Contas a Pagar		708	590
Estoques	4	295	338	Transferências Legais		15	18
Almoxarifado		295	338	Provisões de Curto Prazo	9	2.411	2.425
Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente	5	11	10	Provisões Trabalhistas		2.407	2.314
Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente		11	10	Provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis	10	4	111
				Valores de Terceiros e/ou Restituíveis		1	0
				Honorários de Sucumbência		1	0
Ativo Não Circulante		105.450	98.828	Passivo Não Circulante		2.012	1.621
Ativo Realizável a Longo Prazo	6	21.250	13.760	Provisões de Longo Prazo	10	1.846	1.476
Empréstimos Concedidos		21.225	13.709	Provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis		1.846	1.476
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo		26	51	Demais Obrigações a Longo Prazo	11	166	145
Investimentos, Imobilizado e Intangível	7	84.200	85.068	Adiantamento de Clientes		166	145
Imobilizado		86.775	86.737				
(-) Depreciação Acumulada		-9.659	-7.791	Total do Passivo		7.486	6.606
Intangível		7.176	6.210	Patrimônio Líquido	12	199.609	187.410
(-) Amortização Acumulada		-92	-88	Patrimônio Social		199.609	187.410
Total do Ativo		207.095	194.016	Total do Passivo + Patrimônio Líquido		207.095	194.016
Ativo Financeiro	13	99.003	93.180	Passivo Financeiro	13	5.470	4.875
Ativo Permanente		108.092	100.836	Passivo Permanente		2.016	1.731
Saldo Patrimonial						199.609	187.410
Atos Potenciais Ativos	14	234	234	Atos Potenciais Passivos	14	16.811	19.368

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Variações Patrimoniais Quantitativas

R\$ mil

Variações Patrimoniais Aumentativas	2019	2018	Variações Patrimoniais Diminutivas	NE	2019	2018
Contribuições	56.004	53.926	Pessoal e encargos		24.337	23.289
Exploração de bens e serviços	9.464	10.676	Benefícios assistenciais		191	161
Financeiras	6.952	6.604	Uso de bens e serviços		23.867	21.503
Outras variações patrimoniais aumentativas	170	41	Financeiras		201	313
			Transferências		10.051	8.402
			Tributárias e contributivas		938	968
			Desvalorização e perda de ativos		86	41
			Outras variações patrimoniais diminutivas		720	226
Total	72.590	71.247	Total		60.391	54.902
Resultado Patrimonial do Exercício				15	12.199	16.345

Variações Patrimoniais Qualitativas

R\$ mil

Descrição	2019	2018
Incorporação de Ativos	9.351	10.497
Investimentos	1.006	1.687
Empréstimos Concedidos	8.345	8.810
Desincorporação de Ativos	1.232	723
Amortização de Empréstimos Concedidos	1.232	723

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

R\$ mil

Descrição	Patrimônio líquido	
	2019	2018
Saldo Inicial do Exercício	187.410	171.056
Ajustes de Exercício Anterior	0	9
Resultado do Exercício	12.199	16.345
Saldo Final do Exercício	199.609	187.410

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido do CFC nos exercícios de 2019 e 2018, bem como, sua evolução no período. Ressalta-se o incremento de 6,85% em seu Patrimônio Líquido em comparação a 2018.

R\$ 12.198.515,63
Resultado Patrimonial



Balço Orçamentário (BO)

Receitas orçamentárias

R\$ mil

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
Receitas Correntes	71.214	71.214	71.376	162
Contribuições	53.290	53.290	55.906	2.616
Exploração de bens e serviços	11.170	11.170	9.493	(1.676)
Financeiras	6.754	6.754	5.971	(782)
Outras receitas correntes	0	0	5	5
Receitas de Capital	756	756	1.232	476
Amortização de empréstimos concedidos	756	756	1.232	476
Total das Receitas	71.970	71.970	72.608	639
Déficit/Superávit			-	
Total	71.970	71.970	72.608	639
Saldos de Exercícios Anteriores – Superávit Financeiro		19.090		

As receitas de contribuição do Conselho Federal são constituídas por 1/5 (um quinto) da receita bruta dos CRCs, excetuados os legados, as doações, as subvenções, as receitas patrimoniais, as restituições e outras, quando justificadas.

R\$ 5.176.924,51
Superávit Orçamentário



Despesas orçamentárias

R\$ mil

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes		67.245	6.024	73.269	53.668	53.668	52.317	19.602
Pessoal e encargos		27.522	-115	27.407	23.905	23.905	23.472	3.501
Benefícios assistenciais		187	8	195	191	191	72	4
Uso de bens e serviços		30.026	6.519	36.545	22.065	22.065	21.367	14.480
Financeiras		501	-250	251	201	201	201	51
Transferências correntes		7.680	-640	7.040	5.639	5.639	5.623	1.401
Tributárias e contributivas		920	118	1.038	938	938	853	101
Outras despesas correntes		409	385	794	729	729	729	65
Despesas de Capital		4.724	13.066	17.790	13.764	13.764	13.005	4.027
Investimentos		3.430	-307	3.123	1.006	1.006	838	2.117
Empréstimos concedidos		250	8.405	8.655	8.345	8.345	8.174	310
Transferências de capital		380	4.968	5.348	4.412	4.412	3.994	936
Reserva de contingência orçamentária		664	0	664	0	0	0	664
Subtotal		71.970	19.090	91.060	67.431	67.431	65.322	23.628
Superávit	17					5.177		
Total das Despesas		71.970	0	91.060	67.431	72.608		

Balanço Financeiro (BF)

R\$ mil

Ingressos	NE	2019	2018
Receita Orçamentária		72.608	71.645
Receitas Correntes		71.376	70.922
Receitas de Capital		1.232	723
Recebimentos Extraorçamentários	16	669	489
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4	0,0
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo		26	16
Encargos Sociais a Pagar		20	0,0
Obrigações de Curto Prazo		400	0,0
Contas a Pagar		118	294
Transferências Legais		0,0	2
Provisões Trabalhistas		92	160
Honorários de Sucumbência		1	0
Cancelamento de Restos a Pagar		8	17
Disponível do exercício anterior		92.360	84.211
Total		165.637	156.345

Dispêndios	NE	2019	2018
Despesa Orçamentária		67.431	63.394
Despesas Correntes		53.668	50.843
Despesas de Capital		13.764	12.551
Pagamentos Extraorçamentários	16	89	590
Adiantamentos a Pessoal		52	15
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0	190
Pessoal a Pagar		34	2
Encargos Sociais a Pagar		0	6
Obrigações de Curto Prazo		0	377
Transferências Legais		3	0
Disponível para o exercício seguinte		98.117	92.360
Total		165.637	156.345

Restos a Pagar Processados (RPP)

R\$ mil

Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro			
Despesas correntes	1.630,36	1.350,62	1.609,27	7	1.364,21
Despesas capital	0	758,27	0	0	758,27
Total	1.630,36	2.108,89	1.609,27	7	2.122,48

O Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as quais foram pagas ou canceladas. No encerramento de 2019 foram inscritos um montante de R\$ 2.108.888,09 em RPs. Ressalta-se que o Conselho Federal não adota o mecanismo de registros de restos a pagar não processados, pois não há previsão no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

R\$ mil

Descrição	2019	2018
Fluxos de Caixa das Operações		
Ingressos	71.376	70.922
Receitas	71.376	70.922
Receita de Contribuições	55.906	53.714
Exploração de Bens e Serviços	9.493	10.796
Receitas Financeiras	5.971	6.406
Outras Receitas	5	6
Desembolsos	58.831	52.856
Despesas	58.831	52.856
Pessoal, Encargos e Benefícios	24.123	23.531
Uso de Bens e Serviços	23.094	20.443
Despesas Financeiras	201	-
Despesas Tributárias e Contributivas	935	970
Transferências (Subvenções + Auxílios)	9.719	7.879
Outras Despesas	760	34
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	12.545	18.066
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Ingressos	1.232	723
Amortização de Empréstimos Concedidos	1.232	723
Desembolsos	9.180	10.437
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.006	1.687
Empréstimos Concedidos	8.174	8.751
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(7.948)	(9.715)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	5.757	8.149
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	92.360	84.211
Caixa e Equivalente de Caixa Final	98.117	92.360

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as alterações no caixa e equivalentes de caixa do Conselho Federal nos exercícios de 2019 e 2018, apresentando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento registradas no período.

As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade do CFC de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Caixa e Equivalente de Caixa em 31/12



Notas Explicativas (NE) às Demonstrações Contábeis

Contexto Operacional

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n.º 9.295/1946, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS) Quadra 5, Lote 3, Bloco J, Ed. CFC, Brasília (DF). Dotado de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, o CFC funciona como Autarquia Federal Especial, com autonomia administrativa e financeira, tendo sua estrutura e organização, estabelecidas no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, Resolução CFC n.º 1.370/2011, e tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.458/2013 e alterações.

O CFC, entre outras finalidades, presta serviço público, nos termos da legislação em vigor, e tem por função as atividades de normatizar, registrar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), cada um em sua base jurisdicional, nos estados e no Distrito Federal; decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos CRCs, além de regular acerca dos princípios contábeis, do exame de suficiência e do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

O CFC gerencia seus recursos com base na legislação vigente e tem como principal fonte de recursos os 20% da arrecadação dos CRCs referente às anuidades dos profissionais e das organizações contábeis, cujo recursos são repassados ao CFC, de forma compartilhada, sob forma de cota-parte. Além dos recursos oriundos da cota-parte, o CFC gerencia os recursos do Fundo de Integração e Desenvolvimento da Profissão

Contábil (Fides), criado pela Resolução CFC n.º 350, de 22 de setembro de 1972, e alterado pelas Resoluções n.º 692/1991 e n.º 968/2003.

O Fundo não é dotado de personalidade jurídica e não tem bens patrimoniais. Os contribuintes/integrantes do Comitê Gestor do Fides (Cofides) são o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), do Paraná (CRCPR), do Rio de Janeiro (CRCRJ), do Rio Grande do Sul (CRCRS), de Santa Catarina (CRCSC) e de São Paulo (CRCSP). Esses recursos são destinados ao apoio e desenvolvimento de projetos e/ou ações da profissão contábil, conforme demonstrado no decorrer desta nota.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, a Resolução CFC n.º 1.161/2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e as Instruções de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI n.º 023/2019 e n.º 024/2019.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2019, são: o Balanço Patrimonial (BP), as Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do

Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas (NE). Os demonstrativos foram extraídos do Sistema de Contabilidade da SPW.

As Notas Explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos. Além disso, têm por objetivo destacar e interpretar detalhes de informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Federal fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- Ativo Imobilizado – os bens classificados no Imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição. Dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foram realizados com dados comparáveis no mercado, à época. Em 2010, foi realizada a primeira reavaliação dos ativos e, por conseguinte, em 31/12/2014 ocorreu a segunda, nas duas edições todos os bens móveis e imóveis foram reavaliados.

Os bens patrimoniais foram avaliados, em 2012, conforme determina a Resolução CFC n.º 1.161/2009, reconhecendo o valor depreciável e do valor residual dos ativos imobilizados, com reconhecimento do

custo atribuído (*deemed cost*), de acordo com o Processo n.º 2015/000355 e com a Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI n.º 004/2012, alinhado ao item 11 da NBC T 16.9 – Resolução CFC n.º 1.136/2008. No exercício de 2019, não ocorreram reavaliações.

A determinação da vida útil econômica dos bens do Imobilizado, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2010, foi definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2011, a vida útil foi definida pela Câmara de Controle Interno, por meio da Instrução de Trabalho n.º 4/2012 elaborada com base na IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.º 162/1998.

- As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional das operações do Conselho Federal, cujos saldos estão assim evidenciados em milhares de reais.

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Balço Patrimonial (BP)

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo Conselho Federal de Contabilidade, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Descrição CFC	R\$ mil	
	2019	2018
Bancos Conta Movimento	116	263
Bancos Aplicação Financeira	90.057	84.246
Disponível para Aplicação Vinculada	6	1.947
Total	90.180	86.456

Descrição Fides	R\$ mil	
	2019	2018
Bancos Conta Movimento	2	7
Bancos Aplicação Financeira	7.935	6.128
Total	7.937	6.135

Fonte: Balço Patrimonial de 2019

As disponibilidades em conta movimento e aplicações financeiras estão depositadas em instituições financeiras oficiais. Em 2019, os investimentos foram reaplicados em fundos com o perfil conservador, de menor risco e, conseqüentemente, menores rendimentos, escolha de uma visão conservadora e com menor risco.

Nota Explicativa 2

Créditos de Curto Prazo

Os créditos de curto prazo são provenientes de cota-parte provenientes de cota-parte previstos no Art. 8 do Decreto-Lei n.º 9.295/1946. Os recebimentos acontecem de forma compartilhada no momento da arrecadação pelo agente bancário, ou seja, os CRCs recebem, efetivamente, 80%, e o Conselho Federal, 20% dos recursos totais.

O valor de R\$ 405.770,28 evidenciado no BP refere-se às contribuições dos CRCs GO, MS, MT, PA, SC e SP, cuja competência é do mês de dezembro de 2019, mas estarão disponíveis em conta corrente do CFC em janeiro de 2020.

Não há registro de ajuste para perdas, inscrição em dívida ativa e prescrição de créditos entre CFC e CRCs. Os CRCs realizam a cobrança, o controle da dívida ativa, os ajustes de perdas e a prescrição em relação aos profissionais da contabilidade.

Créditos a Receber de Curto Prazo

Cota Parte



Fonte: Balço Patrimonial de 2019

Nota Explicativa 3

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal e valores a receber de fornecedores.

Descrição	R\$ mil	
	2019	2018
Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros	380	337
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	375	379
Outros Créditos e Valores a Receber	120	94
Total	875	810

Fonte: Balço Patrimonial de 2019

Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros

Valores relativos a adiantamento de férias, bem como desconto de pensão judicial sobre férias concedidas a funcionários em dezembro de 2019, e participação dos funcionários no custeio do vale-alimentação e vale transporte a serem descontados na folha de pagamento de janeiro/2020.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Valores relativos a depósito em conta vinculada aos encargos trabalhistas descontados no pagamento das notas fiscais de fornecedores, e estão conciliadas com os extratos bancários.

Outros Créditos e Valores a Receber

Referem-se aos registros de direito de uso das passagens, adquiridas em 2019 por meio da empresa DF Turismo, mas a utilização do serviço ocorrerá no exercício de 2020.

Nota Explicativa 4

Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo Conselho Federal de Contabilidade, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas.

Os bens em almoxarifado estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são registradas em contas de resultado.

Descrição	R\$ mil	
	2019	2018
Materiais de Expediente	128	129
Impressos Formulários e Papéis	13	13
Publicações Técnicas	9	14
Carteiras de Identificação	-	5
Material para Áudio, Vídeo e Foto	4	4
Materiais de Informática	38	111
Materiais Elétricos e Telefonia	1	0
Material de Copa e Cozinha	11	10
Gêneros de Alimentação	7	6
Material de Higiene, Limpeza e Conservação	7	10
Bens Móveis Não Ativáveis	32	35
Materiais de Distribuição Gratuita	46	1
Total	295	338

Fonte: Balço Patrimonial de 2019

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2019 e os ajustes necessários a sua regularização foram realizados no sistema operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram nos saldos das contas patrimoniais.

Nota Explicativa 5

Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Os valores apresentados no quadro compreendem os pagamentos de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término de 2020. Em 2019, o Conselho Federal firmou contrato com a Seguradora Sura S.A. e Gente Seguradora S.A. referente ao seguro do Edifício Sede do CFC e da frota oficial do Conselho, respectivamente. A rubrica "Assinaturas" representa diversas assinaturas contratadas em 2019 que se estenderão até 2020.

Descrição	R\$ mil	
	2019	2018
Seguros	5	6
Assinaturas	7	4
Total	11	10

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Nota Explicativa 6

Ativo Realizável a Longo Prazo

Empréstimos de Curto e Longo Prazo

Os contratos de empréstimos firmados com os CRCs tem como propósito a construção, a ampliação e/ou a modernização das sedes.

Empréstimos Concedidos	R\$ mil	
	2019	2018
Curto Prazo		
Empréstimo – Principal	1637	1196
Juros sobre Empréstimos	1524	668
(-) Encargos Financ. a apropriar	-1220	-501
Total	1941	1363
Longo Prazo		
Empréstimo – Principal	19.293	12.620
Juros sobre Empréstimos	11.002	6.941
(-) Encargos Financ. a apropriar	-9.070	-5.852
Total	21.225	13.709

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

A aprovação dos empréstimos são subsidiados por análise de capacidade de pagamento de cada CRC solicitante, a uma taxa de juros anual de 6%, e o prazo para a quitação é estimada de acordo com o perfil financeiro de cada Conselho Regional. Os saldos apresentados em 31/12/2019 são dos empréstimos concedidos nos exercícios até 2019.

Depósitos Realizáveis a Longo Prazo

São valores referentes a Depósitos Recursais dos processos trabalhistas em que o CFC é o reclamado.

Depósitos Recursais – Longo Prazo



Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Nota Explicativa 7

Investimentos, Imobilizado e Intangível

Os bens que integram este grupo de contas estão distribuídos da seguinte forma:

Imobilizado

Bens móveis e imóveis

O ativo Imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido, contabilmente, no exercício de 2014.

O CFC nomeou uma comissão para realizar o trabalho de levantamento dos bens de responsabilidade do CFC - Portaria CFC n.º 269/2019. Por conseguinte, os registros foram conciliados com o patrimônio. Os saldos apresentados no quadro abaixo, referem-se aos registros contábeis e estão conciliados com o sistema de patrimônio.

Móveis e Imóveis

Descrição	R\$ mil				
	Saldo em 31/12/2018	Compras	Desincorporações	Saldo em 31/12/2019	Depreciação acumulada
Móveis e Utensílios	918	0	0	918	-577
Máquinas e Equipamentos	316	33	0	349	-183
Instalações	322	0	0	322	-278
Utensílios de Copa e Cozinha	20	0	0	20	-10
Veículos	254	0	0	254	-194
Equipamentos de Processamento de Dados	2.570	0	2	2.570	-1.749
Sistema de Processamento de Dados	1	0	0	1	-1
Biblioteca	264	7	0	271	0
Museu e Obras de Arte	71	0	0	71	0
Sede	60.000	0	0	60.000	-6.667
Terrenos	22.000	0	0	22.000	0
Total dos Bens	86.737	40	2	86.777	-9.659

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Dentre as aquisições mais relevantes em 2019, pode-se destacar a aquisição de 10 projetores multimídia, registrados na conta Máquinas e Equipamentos, com o objetivo de dar suporte às reuniões realizadas na sede do CFC, no valor de R\$ 31.200,00.

Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa CCI/CFC n.º 04/2012. As depreciações são registradas a partir do mês subsequente à aquisição e ou instalação, conforme demonstrado na tabela abaixo, o tempo de vida útil e o valor residual de cada grupo do Imobilizado:

Tabela de referência para vida útil e valor residual

Título	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Sede (Edifícios)/Subsedes/Salas/Garagens	25	10%
Móveis e Utensílios de Escritório/Máquinas e Equipamentos/Instalações e Veículos	10	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Sistemas de Processamento de Dados – <i>Softwares</i> (amortização)	5	10%
Biblioteca	10	–

Fonte: INT VPCI 004/2012, item 2.3.7

O item "Biblioteca" não foi depreciado até o exercício de 2019, pois o sistema próprio atual de informática de controle dos livros não permite o lançamento de vida útil. O trabalho de modernização do sistema demanda tempo, mas está sendo atualizado gradativamente. Ademais, há o controle anual de perdas, baixas, transferências e doações do acervo bibliográfico.

Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida. Para os *softwares* desenvolvidos internamente, não foi possível definir a vida útil, por isso, não são passíveis de amortização.

Intangível

Descrição	R\$ mil			
	Saldo em 31/12/2018	Compras	Saldo em 31/12/2019	Amortização acumulada
<i>Software</i> em Desenvolvimento	5.546	966	6.512	0
Outros <i>Softwares</i>	117	1	117	-92
<i>Software</i> Concluído	548	0	548	0

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Em 2019, o CFC continuou com o trabalho de desenvolvimento de *softwares* próprios. O valor registrado como intangível relaciona-se aos custos de produção dos *softwares*. Em 2019, não houve reconhecimento de sistemas concluídos e a rubrica de *softwares* em desenvolvimento, até 31/12, apresenta o montante de R\$ 6.511.880,78.

Os *softwares* de terceiros prontos para utilização, que tiveram vida útil definida, pelos técnicos em tecnologia da informação, em 2 (dois), 8 (oito) e 10 (dez) anos estão sendo amortizados. A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

Nota Explicativa 8

Passivo Circulante

Neste grupo estão as obrigações trabalhistas e fiscais, encargos sociais de curto prazo, depósitos consignáveis e fornecedores. As obrigações fiscais decorrem de retenções efetuadas de contratações realizadas junto aos fornecedores pela aquisição de bens e/ou serviços. São evidenciados ainda neste grupo, os valores retidos de fornecedores de serviços terceirizados, e depositados em conta vinculada específica, conforme disposto na IN MPDG n.º 5/2017.

Os depósitos consignáveis compreendem os valores retidos de funcionários (INSS, IRRF, Pensão Judicial, Empréstimos Consignados, entre outros), e que devem ser recolhidos ou pagos às respectivas entidades responsáveis. As obrigações com fornecedores, decorrentes da entrega de bens ou serviços, são classificadas como passivos circulantes quando o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os valores decorrentes de empenhos liquidados e não pagos no exercício são evidenciados no Demonstrativo dos Restos a Pagar.

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias/ Fornecedoros

Descrição	R\$ mil	
	2019	2018
Obrig. Trab. e Encargos Sociais a Pagar	433	447
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	375	411
Depósitos Consignáveis	532	511
Fornecedores	999	584
Total	2.339	1.953

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

As demais obrigações de curto prazo referem-se às provisões dos repasses devidos aos CRCs e da contribuição mensal ao Fides. Os compromissos registrados em 31/12 foram registrados considerando o regime de competência – mês de dezembro, cujas datas de vencimentos são para 2020.

Demais Obrigações de Curto Prazo

Descrição	R\$ mil	
	2019	2018
Contas a Pagar Crédito de Terceiros	708	590
Transferências Legais	15	18
Total	723	608

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Nota Explicativa 9

Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante estão evidenciadas as provisões trabalhistas, bem como as de riscos trabalhistas e cíveis.

Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas (13º salário, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento mensal.

Provisões de Férias

Títulos	R\$ mil	
	2019	2018
Provisão de Férias	1.845	1.776
Encargos Sociais	561	413
Total	2.407	2.189

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 18/12/2019.

Nota Explicativa 10

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis de Curto e Longo Prazo

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura às perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não houve, ainda, o correspondente desembolso ou perda.

As provisões para riscos cíveis foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Procuradoria Jurídica do CFC. O Conselho possui processos avaliados como de risco, de possível e de provável ganho, possível perda e remota que não são reconhecidos contabilmente, conforme estabelecido pela NBC TG 25 (R1), aprovada pela Resolução CFC n.º 1.180/2009.

O CFC possui 12 processos cíveis e trabalhistas totalizando, aproximadamente o valor de R\$ 2 milhões, com os graus de perda classificados como "praticamente certo", "provável" e "possível", reconhecidos no Balanço Patrimonial.

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis					R\$ mil
Descrição	2019		2018		
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Processos Trabalhistas					
Praticamente certo	0	-	1	18	
Provável	7	1.825	9	1.570	
Possível	4	114	5	86	
Total	11	1.939	15	1.674	
Processos Cíveis					
Praticamente certo	2	4	4	101	
Provável	3	21	3	21	
Possível	31	4.274	45	2.733	
Remota	15	59	14	85	
Total	51	4.358	66	2.940	

Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Ressalta-se que os processos contingentes cuja avaliação do grau de perda foi classificada como "possível" e "remota" não estão reconhecidos contabilmente, mas, a título de informação, demonstram-se no quadro os processos que estão sob a responsabilidade da Procuradoria Jurídica do CFC.

Nota Explicativa 11

Demais obrigações de Longo Prazo

No passivo não circulante estão registradas as receitas com inscrições recebidas antecipadamente, para participação no 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), em 2020.

O valor arrecadado está registrado como adiantamento de clientes, pois compreende as antecipações recebidas por operações de fornecimento de bens ou prestação de serviços e que ensejem a devolução da quantia recebida, caso a operação não ocorra. Ressaltamos que o reconhecimento das receitas com as inscrições do 21º CBC sucederá em 2020.

Nota Explicativa 12

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no BP é composto dos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores. O quadro abaixo evidencia o Patrimônio Líquido do CFC e do Fides.

CFC				R\$ mil
Títulos	2019	2018		
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	-30		
Resultado Patrim. do Exercício	10.303	15.073		
Resultados Acum. Exerc. Anteriores	181.354	166.311		
Patrimônio Líquido do CFC	191.657	181.354		

Fides				R\$ mil
Títulos	2019	2018		
Resultado Patrim. do Exercício	1.896	1.273		
Resultados Acum. Exerc. Anteriores	6.056	4.783		
Patrimônio Líquido do Fides	7.952	6.056		

Fonte: Balanço Patrimonial 2019

Nota Explicativa 13

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC. O valor do superávit financeiro, no CFC e no Fides, apurado em 2019 foi de R\$ 93.532.938,32, como demonstrado abaixo.

R\$ mil		
Resultado Financeiro	2019	2018
Ativo Financeiro	99.003	93.180
(-) Passivo Financeiro	5.470	4.875
Superávit Financeiro	93.533	88.305

Metodologia de cálculo			R\$ mil
Ativo Financeiro	2019	2018	
Ativo circulante	101.645	95.188	
(-) créditos de curto prazo	2.346	1.671	
(-) estoques	295	338	
(-) Valor do Ativo Financeiro	99.003	93.179	

Passivo Financeiro			2019	2018
Passivo circulante	5.474	4.986		
(-) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	4	111		
(-) Valor do Passivo Financeiro	5.470	4.875		
Superávit Financeiro	93.533	88.305		

Fonte: Balanço Patrimonial 2019

Contas de Compensação

Nota Explicativa 14

Atos Potenciais Ativos e Passivos

O CFC mantém registrados em seu balanço, os contratos, convênios e acordos em atos potenciais, resguardando os direitos e deveres estabelecidos nesses documentos, bem como o registro prévio de futuros reflexos patrimoniais.

Atos Potenciais Passivos		R\$ mil
	Valor	
Reforma e Ampliação da Sede	8.120	
Obrigações Conveniadas	5.941	
Auxílios Financeiros a CRCs	2.749	
Total	16.810	

Fonte: Balanço Patrimonial 2019

No grupo dos atos potenciais estão previamente registrados os contratos de empréstimos e auxílios aos CRCs para aquisição, manutenção e reforma de sedes, que terão reflexos patrimoniais no patrimônio do CFC.

Além dos contratos intraconselhos, estão registrados os Convênios e/ou Termos de Cooperação firmados com entidades representativas da profissão contábil, sendo: termo de cooperação vigente com a Federação Internacional de Contadores (Ifac); convênio com a Associação Interamericana

de Contabilidade (AIC); e termo de cooperação com o Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea).

Outros contratos registrados são referentes aos repasses mediante termos de acordos firmados entre o CFC e Instituições de Ensino Superior (IES), com o objetivo de incentivar a criação de polos para a instalação de cursos de mestrado e/ou doutorado. Os contratos registrados são: entre os CRCs PI, TO, MT, AL, AC, SE e a Fucape; CRCTO e Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do CFC durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

Nota Explicativa 15

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, registradas no subsistema patrimonial.

A apuração do Superávit Patrimonial foi aproximadamente de R\$ 12 milhões, apesar de ser expressivo, apresentou queda de 14,78% em relação ao exercício de 2018. A arrecadação da receita foi acima do estimado para 2019, mas o resultado patrimonial sofreu impacto decorrente da execução da despesa de Capital no valor de R\$ 13.763.699,43, com a concessão de Empréstimos e Auxílios aos CRCs, e o investimento em Ativo Intangível com a contratação da fábrica de *software*, no valor de R\$ 966.182,56.

Resultado Patrimonial	2019	2018
Var. Patrimoniais Aumentativas	72.590	69.118
(-) Var. Patrimoniais Diminutivas	60.391	54.045
Superávit	12.199	15.073

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	2019	2018
Ativo Financeiro	99.003	87.046
Ativo Permanente	108.092	98.828
ATIVO (I)	207.095	185.874
Passivo Financeiro	5.470	4.797
Passivo Permanente	2.016	1.621
PASSIVO (II)	7.486	6.418
Saldo patrimonial acumulado (I-II)	199.609	179.456

Fonte: DVP e Balanço Patrimonial 2019

Balanço Financeiro (BF)

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte. Em 2019, o saldo financeiro foi de R\$ 98.116.835,90.

Nota Explicativa 16

Ingressos e Dispêndios extraorçamentários

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extraorçamentários estão evidenciados, especialmente, à movimentação dos depósitos restituíveis e valores vinculados a processos judiciais, aos valores inscritos em restos a pagar e os pagos de exercícios anteriores, bem como ao cancelamento de restos a pagar, decorrentes de erros, entre outros.

Balanço Orçamentário (BO)

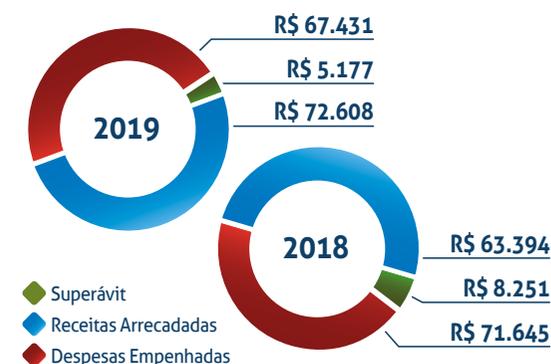
O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo – superávit orçamentário – ou negativo – déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Nota Explicativa 17

Resultado Orçamentário

O orçamento do CFC para o exercício de 2019 foi aprovado por meio da Resolução n.º 1.558/2018, publicada no DOU em 6/12/2018, no valor de R\$ 71.969.550,00 e alterações de acordo com os créditos adicionais aprovados.

O resultado orçamentário do exercício apresentou um superávit de R\$ 5.176.924,51. O resultado orçamentário de 2019 foi 37,25% inferior ao valor apurado no exercício de 2018, essa redução ocorreu, principalmente, pelo aumento da despesa de Capital referente ao valor repassado para os Conselhos Regionais de Contabilidade em forma de Empréstimo e Auxílios para aquisição e reforma de Sede.



Fonte: Balanço Patrimonial de 2019

Brasília, 31 de dezembro de 2019.


 Contador **Zulmir Ivânio Breda**
 Presidente do CFC
 CRCRS – 030806/O-8


 Contadora **Angela Maria Fazon Pereira**
 CRCPR – 43954/O-4T-DF

Expediente



Presidente

Contador Zulmir Ivânio Breda

Vice-Presidente de Política Institucional

Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho

Vice-Presidente de Registro

Contadora Lucélia Lecheta

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos

Vice-Presidente de Controle Interno

Contadora Vitoria Maria da Silva

Vice-Presidente Técnico

Contador Idésio da Silva Coelho Júnior

Vice-Presidente Administrativo

Contador Sergio Faraco

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Contador Aécio Prado Dantas Júnior

Vice-Presidente de Desenvolvimento Operacional

Contador João Altair Caetano dos Santos

Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor

Técnica em Contabilidade Maria Perpétua dos Santos

Diretora Executiva

Elys Tevania Alves de Souza Carvalho

Comissão responsável pela Elaboração do Relatório de Gestão do CFC referente ao exercício de 2019

Elys Tevania Alves de Souza Carvalho – Coordenadora

Angela Maria Fazon Pereira

David Duarte Rodrigues

Eunice Rosa de Melo dos Santos

Fabricia Gonçalves de Andrade

Janaina Angélica Sarmiento Ferreira de Lima de Carvalho

Lúcia Helena Alves de Figueiredo

Rafaella Feliciano da Costa

Thatyane Nardelli Nogueira

Thiago Luis Gomes

Revisão

Elaine Cristina de Oliveira Sousa

Projeto Gráfico e Diagramação

David Duarte Rodrigues

Thiago Luis Gomes





CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

SAUS Qd 5, Lt. 3, Bl. J, Ed. CFC,
CEP: 70070-920 - Brasília (DF)
www.cfc.org.br

